



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Aos catorze dias do mês de novembro de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. **IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DA TAXA RESPEITANTE AO ANO DE 2013 A LIQUIDAR NO ANO DE 2014**
2. **LANÇAMENTO DA DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2013 A COBRAR NO ANO DE 2014**
3. **20.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013**
4. **TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. RENÚNCIA AO MANDATO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.**
5. **TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S. A. DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL. MANDATO DISCRIMINADO.**

6. CONTRATO-PROGRAMA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS”. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.
7. TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. CONTRATO PROGRAMA PARA 2014. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. PROPOSTA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.
8. CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA E BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA ATLÂNTICA. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.
9. CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA E BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA ATLÂNTICA. TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.
10. PAVIMENTAÇÕES DE DIVERSOS ARRUAMENTOS DO CONCELHO. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.
11. CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIO APOIADO NA ZONA DE ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.
12. CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DA MARINHA GRANDE. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.
13. REQUALIFICAÇÃO/ADAPTAÇÃO DA ESCOLA N.º 2 DO PILADO. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.
14. REQUALIFICAÇÃO/AMPLIAÇÃO/ADAPTAÇÃO A CANTINA ESCOLAR – ESCOLA N.º 3 DO PILADO. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.
15. REQUALIFICAÇÃO DE 11 FOGOS DO BAIRRO DE CASAL DE MALTA – HABITAÇÃO SOCIAL. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.
16. CORREÇÃO E DESOBSTRUÇÃO DOS LEITOS E MARGENS DAS LINHAS DE ÁGUA. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.
17. REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO DO PEIXE DA PRAIA DA VIEIRA. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.
18. REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

19. SERVIÇOS POSTAIS PARA O GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE PARA O ANO 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
20. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL PARA O PERÍODO DE 12 MESES COM INÍCIOPREVISTO A 1 DE FEVEREIRO DE 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
21. SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO LETIVO 2013/2014- PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
22. SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2013/2014 - PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
23. CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *“PAGAMENTO POR MULTIBANCO NOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA O ANO 2014”* – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
24. FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL PARA O EDIFÍCIO DA RESINAGEM E CANTINA DA VÂRZEA, PARA O PERÍODO PREVISTO DE DEZEMBRO DE 2013 A MAIO DE 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
25. ACESSO À INTERNET PARA DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E EDIFÍCIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O PERÍODO DE 1 DE DEZEMBRO DE 2013 A 28 DE FEVEREIRO DE 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

26. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DO *“CONTROLO DA QUALIDADE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO PARA O ANO 2014”*
27. TRANSPORTES ESCOLARES E NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS, CULTURAIS SOCIAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO PARA O ANO 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
28. REQ. N. 1242/13, DATADO DE 09/08/2013 – PC N.º 129/13, DATADO DE 06/05/2013 – MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, S.A.
29. REQ. N.479/13, DATADO DE 01/04/2013 – PC N.º 81/13, DATADO DE 01/04/2013 – DAVID SÉRGIO LOPES FÉTEIRA
30. REQ. N. 1767/13, DATADO DE 30/03/2013 – PC N.º 301/11, DATADO DE 04/05/2011 – ANTÓNIO DA COSTA GODINHO
31. REQ. N. 171/13, DATADO DE 24/10/2013 – PC N.º 393/11, DATADO DE 24/10/2013 – GENTIL DOS SANTOS CONSTÂNCIO
32. REQ. N. 1572/13, DATADO DE 02/10/2013 – PC N.º 360/13, DATADO DE 02/10/2013 – FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO GESPATRIMÓNIO RENDIMENTO
33. REQ. N. 1753/13, DATADO DE 29/10/2013 – PC N.º 303/12, DATADO DE 15/10/2012 – ERNESTINO GOMES
34. REQ. N. 1761/13, DATADO DE 30/10/2013 – PC N.º 151/09, DATADO DE 06/07/2009 – JOSE CARLOS RODRIGUES PEREIRA
35. REQ. N. 1426/13, DATADO DE 10/09/2013 – PC N.º 82/08, DATADO DE 25/02/2008 – MARIA CRISTINA ESTEVES DO VALE
36. REQ. N. 1774/13, DATADO DE 31/10/2013 – PC N.º 280/12 , DATADO DE 25/09/2012 – VÍTOR MANUEL DE SOUSA ALVES
37. REQ. N.1795/13, DATADO DE 05/11/2013 – PC N.º 10/13 , DATADO DE 07/01/2013 – JOÃO CARLOS ANJOS LOPES

38. REQ. N. 663/13, DATADO DE 03/05/2013 – PC N.º 466/11, DATADO DE 21/12/2011 – CONCEIÇÃO JESUS VIEIRA
39. REQ. N. 1526/13, DATADO DE 23/09/2013 – PC N.º 349/12, DATADO DE 21/11/2012 – CESÁRIO FELICIO DA SILVA
40. REQ. N.1623/13, DATADO DE 09/10/2013 – PC N.º 166/11, DATADO DE 02/05/2011 – YUDO EU, LDA.
41. REQ. N. 1723/13, DATADO DE 24/10/2013 – PC N.º 66/08, DATADO DE 14/02/2008 – DELÍCIA DO MARQUÊS – PADARIA E PASTELARIA, LDA.
42. REQ. N. 1727/13, DATADO DE 25/10/2013 – PC N.º 292/08, DATADO DE 04/09/2008 – ANTÓNIO AGOSTINHO SANTOS
43. REQ. N. 1794/13, DATADO DE 05/11/2013 – PC N.º 214/12, DATADO DE 27/07/2012 – ARTUR JORGE DOMINGUES DA SILVA - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA
44. REQ. N. 1752/13, DATADO DE 29/10/2013 – PC N.º 29/03, DATADO DE 15/01/2013 – PAVIVILA CONSTRUÇÕES, LDA.
45. REQ. N. 1762/13, DATADO DE 30/10/2013 – PC N.º 367/13, DATADO DE 04/10/2013 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.
46. REQ. N. 1765/12, DATADO DE 26/10/2012 – PC N.º 319/12, DATADO DE 26/10/2012 – MARIO FELISMINO GASPAR
47. REQ. N. 1869/12, DATADO DE 16/11/2012 – PC N.º 305/11, DATADO DE 09/08/2011 – MUSA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURISTICOS, LDA.
48. REQ. N. 1422/11, DATADO DE 12/07/2011 – PC N.º 157/09, DATADO DE 23/11/2009 – CERÂMICA DO ENGENHO, LDA.
49. REQ. N. 767/12, DATADO DE 07/05/2012 – PC N.º 727/07, DATADO DE 07/12/2017 – VECOGEST, LDA.
50. REQ. N.2859/10, DATADO DE 12/07/2010 – PC N.º 480/06, DATADO DE 24/07/2006 – JOSÉ ESPERANÇA BARBEIRO
51. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS FUNCIONAIS – EMBATE DE VIATURA EM TAMPA DE CAIXA DE SANEAMENTO – RUA DO CARTAXO - REQUERENTE: NELSON BENTO LIBERATO SANTOS –. RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIAÇÃO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA.

52. CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DA PRAIA DA VIEIRA. INCUMPRIMENTO. AUDIÊNCIA PRÉVIA.
53. RECEPÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL
54. RECEÇÃO DEFINITIVA
55. DEFINIÇÃO DAS ÁGUAS BALNEARES E ÉPOCA BALNEAR PARA 2014 / APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE DURAÇÃO DA ÉPOCA BALNEAR À APA - AGÊNCIA PORTUGUESA DE AMBIENTE – ARHTEJO E ARHCENTRO
56. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
57. ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA - “SAMA - SISTEMA DE APOIOS À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA”
58. DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS CONSELHOS GERAIS TRANSITÓRIOS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO MARINHA GRANDE POENTE E NASCENTE
59. PROPOSTA PARA ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO
60. TRANSMISSÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO A FAVOR DE JOAQUIM JOSÉ LOUREIRO DOS SANTOS, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 4, 3.º ESQ., CASAL DE MALTA, POR MORTE DA PRIMITIVA ARRENDATÁRIA DA FRAÇÃO
61. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE ÀO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO RÉ-DO-CHÃO ESQUERDO DO BLOCO 5 DA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA, CASAL DE MALTA – JOSÉ MANUEL RIBEIRO VASCONCELOS - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
62. REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA REFERENTE A EX-INQUILINA CAMARÁRIA – AUGUSTA DE JESUS HILÁRIO QUEIMADELAS – ANTERIORMENTE RESIDENTE NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO M 3.º ESQUERDO, CASAL DE MALTA.
63. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE À TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 4.º FRENTE ESQUERDO DO BLOCO M, SITO NA AVENIDA DA LIBERDADE, CASAL DE MALTA – MAFALDA SOFIA GRÁCIO - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
64. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE ÀO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 4.º DIREITO DO BLOCO M, SITO NA AVENIDA DA LIBERDADE, CASAL DE MALTA –

**PAULO JORGE MARQUES SANTOS - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO
RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.**

65.RESUMO DE TESOURARIA

66.PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

**67.APROVAÇÃO DA ATA N.º 22, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE OUTUBRO
DE 2013**

**68.RESPOSTA ÀS QUESTÕES COLOCADAS PELOS SRS. VEREADORES NA REUNIÃO
CAMARÁRIA DO DIA 31/10/2013**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** deu início ao período de antes da ordem do dia, solicitando a apreciação da nomeação do segundo vereador a tempo inteiro e a discussão e votação da fixação de mais um vereador a meio tempo, para além dos dois vereadores previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual. Este pedido foi aceite por todo o executivo, pelo que os referidos assuntos serão apreciados após o período de antes da ordem do dia.

De seguida foi dada a palavra aos Srs. Vereadores que a solicitaram.

O Sr. Vereador Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:

- Foi alertado para a situação junto à Ribeira de Casal do Malta e deslocou-se ao local, tendo constatado que os passeios e os percursos pedestres, devido às raízes das árvores, estão num estado de degradação grave, constituindo perigo para as pessoas, pelo que terá que ser feita uma intervenção;
- Na mesma altura em que se deslocou ao referido local, foi-lhe também chamada a atenção para os apartamentos que se situam atrás da PSP, em que as caves se inundam, com as águas das chuvas, pelo que é necessário que seja verificada esta situação.

O Sr. Vereador António Santos abordou os seguintes assuntos:

- Teve conhecimento, pela comunicação social, que foi feito um acordo ou compromisso do PS com a CDU. Enalteceu o consenso obtido e pediu para que o seu acordo do dia da tomada de posse não fique esquecido, referindo que se este acordo visa colocar a Marinha Grande no centro do desenvolvimento ele representa um passo importante, até porque, considerando o resultado das eleições, foi isso que a população quis, pelo que podem sempre contar consigo em tudo o que seja para o interesse das populações e da Marinha Grande;
- Também pretendia apresentar o problema da Ribeira das Bernardas, que já foi colocado pelo Vereador Vítor Pereira;
- Tem conhecimento que em 25/10/2007 foi assinado um protocolo entre a Câmara Municipal da Marinha Grande e a EDP, e até ao momento não lhe foi dado cumprimento, designadamente ao seu ponto 8, que é o mais importante, pelo que questionou o porquê de tanto tempo para lhe dar seguimento, uma vez que sabe que a EDP tem cá mandado um advogado para tentar resolver o assunto e até agora nada conseguiu;
- Referiu que o parque de estacionamento atrás da Mobil tem as árvores a precisarem de ser podadas, o que irá destapar os candeeiros, contribuindo assim para melhorar a iluminação;
- Entende que a Câmara deveria iniciar uma campanha para notificar os donos dos carros abandonados e assim limpar as nossas ruas.
- Por último, desejou boa colaboração ao executivo.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira abordou o seguinte assunto:

- Na sequência da reunião realizada na Câmara com os representantes da Santos Barosa, proferiu a declaração que se passa a reproduzir:

“O processo Nr. 2375/11, do Santos Barosa, foi iniciado pelo ex-presidente Alberto Cascalho, e genericamente resumia-se a obter uma licença para construir armazéns de produto acabado nuns terrenos contíguos a sul da empresa. A caducidade da licença por imperativos legais, devido a não terem solicitado o alvará no tempo previsto, fez-nos questionar os motivos de tal atitude. Na reunião passada fomos informados que o Sr. Presidente e a técnica tinham já falado com os responsáveis do Santos Barosa. O Vereador Vítor Pereira disse então que em visita à empresa foi informado que a razão de não levantarem a licença foi por terem de pagar mais de meio milhão de euros em taxas, e que tinham decidido parquear em Espanha. Fomos também informados que a Santos Barosa para efeitos de licenciamento industrial, pretendia um documento mencionando que as instalações estavam todas vistoriadas, e que a Câmara Municipal não poderia passar sem ir fiscalizar.

Perante estas dúvidas solicitei ao Sr. Presidente que convidasse o Sr. Prof. Barosa para uma reunião com todos os vereadores, o que veio a acontecer no passado dia 7. Da reunião ficou claro que:

- 1. Existe uma preocupação social da empresa, não tencionando num futuro próximo criar novos postos de trabalho, mas que tudo fará para manter os existentes;*
- 2. O sentimento da empresa é que esta reunião serviu para "prestar contas à cidade" e que continuarão a colaborar;*
- 3. A camara explicou que a reunião com a totalidade dos membros do executivo, demonstra que a vontade de colaboração é recíproca e que pretende ter um papel facilitador;*
- 4. A Santos Barosa, neste momento, não pretende levantar o alvará, logo deverá a licença caducar. Este investimento nos próximos cinco anos, terá poucas probabilidades de ser concretizado;*
- 5. Se a licença tem sido concedida na altura em que foi solicitada, a obra teria sido realizada;*
- 6. A razão invocada é que com a situação económica actual não se justifica fazer investimentos em áreas de estacionamento, mas essencialmente investir em áreas produtivas. Durante este ano o investimento previsto chega aos 15 milhões de euros;*
- 7. Pretende no entanto fazer muros envolventes, por forma a preservar os seus terrenos*

O procedimento tido nesta situação, parece-me ser o adequado, de modo a satisfazer os munícipes e as empresas, bem como salvaguardar os interesses do Município.

No entanto, os munícipes e empresas apresentam processos quando deles necessitam. Se a resolução não for célere, e à velocidade que o mundo gira, podemos deparar-nos com situações como esta, que havia necessidade deste projecto num dado momento, mas com o longo tempo de decisão a oportunidade perdeu-se, com o consequente constrangimento à evolução da empresa e da nossa cidade.

Assim, e para que estas situações não se repitam, proponho que todos os processos entrados na Camara tenham um tempo de resposta muito mais curto, e que tudo façamos, interna e externamente, para solucionar caso a caso, dado que este é um mau exemplo do funcionamento da administração."

O **Sr. Presidente** corrigiu a afirmação do Sr. Vereador, quando refere que a obra teria sido realizada se a licença tivesse sido emitida na altura em que foi solicitada, pois terá sido referido pelo Prof. Barosa que não fez o investimento e ainda bem que o não fez. O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** retorquiu, lembrando que também foi dito que se o tivesse feito naquela altura estava feito.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que a situação que os técnicos analisaram e estudaram, e que se prolongou no tempo, foi o baixar da cércea, para diminuir o impacto paisagístico que a construção tinha. Disse que não houve atraso, e que as coisas têm que ser tratadas em devido tempo de modo a que não se cometam erros.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que demorar quatro anos, na administração do seu todo, não é viável para que um projeto seja aprovado.

O **Sr. Presidente** lembrou que no último mandato a Câmara realizou uma reunião extraordinária para dar resposta a um investidor. Neste momento continuam a entrar os processos de investimento, e desde o início do ano que a Câmara está a responder em dez dias.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que concorda com o Vereador Aurélio Ferreira, quando diz que temos que ser mais céleres, não só com as empresas mas também para com os particulares. À Câmara, como entidade pública, cabe zelar pelo interesse público, e ele não se esgota só nos assuntos das empresas. Muitas vezes as empresas também não apresentam os projetos nas melhores condições, pelo que a nossa prática todos os dias deve ser a de acompanhar os processos que não estejam a andar. É um bom princípio, o da celeridade, mas também o do respeito, por parte da Câmara e empresas, pelas regras e leis. Temos que ser parte da solução e não do problema.

Sobre a reunião com a Santos Barosa, o **Sr. Vereador Carlos Logrado** realçou que a mesma se realizou na sequência da proposta que fez de convidar a empresa, referindo que este é que é o caminho e que lhe apraz registar o “volte face” de alguns Vereadores.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** interrompeu-o, dizendo que isso não é verdade e relembando a posição assumida na altura em que se decidiu convidar a empresa para uma reunião, de que a mesma se deveria realizar na Câmara, e não com a deslocação de todo o executivo às instalações da empresa.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** protestou pela interrupção e pediu ao Sr. Presidente para que lhe desse novamente a palavra, o que aconteceu. Assim, continuou a sua intervenção, referindo que foi simbólica a reunião, para salientar que a Câmara deve ser um elemento facilitador. O cumprimento da lei é retórica, o importante é encontrar mecanismos, cumprindo a lei, que agilizem o processo. O município não deve ficar contente por se ter perdido o investimento. É necessário, é imperativo, fazer muito melhor, e a Câmara não pode ter estes tempos de resposta. Há que procurar respostas prontas, e isso é da responsabilidade de todos, especialmente dos Vereadores com pelouros. É isto que deve caracterizar o desempenho de todos nós, especialmente de quem está no executivo.

A **Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho** disse que podia concluir, pelas palavras dos Vereadores Carlos Logrado e Aurélio Ferreira, que estão todos em sintonia no que respeita à necessidade de sermos céleres e de responder a tempo. Contudo, isto são generalidades, e seria mais útil e produtivo que se pegasse no processo e se analisasse folha a folha o que foi feito e o que não foi, e quais as medidas para melhorar, apresentando propostas concretas. Isso é que seria útil à comunidade, tudo o que foi dito são verdades de “La Palisse”, é retórica.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** respondeu, dizendo que a Sr.^a Vereadora Alexandra está distraída, e enumerou as medidas concretas. A primeira medida concreta foi a visita da empresa à Câmara, que disse que teria sido a primeira vez. (Esta afirmação foi imediatamente desmentida pela Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho e pelo Sr. Presidente). A segunda foi a disponibilidade do executivo para se deslocar à empresa, o que pareceu muito mal ao Vereador Vítor. Depois também já não se deve lembrar das propostas do + Concelho: a criação do gestor do investidor e a agência de desenvolvimento do concelho, duas ferramentas importantes e que não são retórica.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** usou da palavra, para dizer ao Sr. Eng.^o Logrado que a campanha eleitoral acabou, e que agora é tempo de trabalhar. Pediu-lhe desculpa por ter interrompido a sua intervenção, mas a verdade tinha que ser dita, e aquilo que disse é que a Santos Barosa é importante, a Câmara Municipal é importante, e o executivo está aqui para servir toda a população. O Prof. Barosa até agradeceu o convite para se deslocar à Câmara, o que, por uma questão de economia de meios e porque ele nesse dia vinha à Marinha Grande, fez todo o sentido.

Ainda sobre este assunto, o **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que os Vereadores vão aonde têm que ir, só que não o divulgam nem fazem “show off”.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que pretendia apresentar a seguinte proposta concreta: é possível saber quais os processos que estão na Câmara há mais de dois anos?

O **Sr. Presidente** respondeu que sim, é possível saber, basta fazer um requerimento.

O **Sr. Vereador** respondeu que irá fazê-lo.

Respondendo à questão colocada pelo Sr. Vereador António Santos sobre o protocolo celebrado com a EDP, o **Sr. Presidente** informou que ele é ilegal. A Câmara não tinha meios para que houvesse construção naquele local. O Plano de Pormenor não o permite, o executivo votou por unanimidade e não o podia ter feito. Os executivos da CDU e do PS tentaram resolver o problema, mas não pode ser feito enquanto não houver revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial, e a EDP sabe que não pode legalizar a situação enquanto não se verificar esta revisão. Para tratar deste assunto, ainda há dois dias se deslocaram a Lisboa, ao Secretário de Estado, os representantes da Câmara da Marinha Grande, de Leiria e do NERLEI.

O **Sr. Vereador António Santos** referiu, tal como já o tinha mencionado no anterior mandato, que os Vereadores são os nuncios dos municípios, e como tal a situação da EDP é um problema que aqui traz da parte dos municípios.

O **Sr. Presidente** completou a informação que prestou, dizendo que a entrada não pode ser feita pela Rotunda do Guilherme e que o lote não pode ser dividido, só com a revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial, e que não é por causa deste problema que a EDP não pode fazer investimento.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que esta informação deve ser prestada por escrito, devidamente fundamentada.

O **Sr. Presidente** respondeu que não pode ser posta por escrito, tendo o **Sr. Vereador Carlos Logrado** referido que vai pedir por requerimento que o Presidente dê a informação escrita, e se não o fizer, porquê.

O **Sr. Presidente** respondeu ao Sr. Vereador António Santos, relativamente à poda das árvores, informando que é sempre muito polémica, mas que se está a pensar fazer na altura própria.

Em relação à questão dos carros abandonados, o **Sr. Vereador Paulo Vicente** respondeu, dizendo que o problema são os carros que não têm matrícula, uma vez que no caso daqueles que têm os respetivos proprietários são notificados. Neste momento o parque da PSP está cheio, teria que ser a Câmara a fazer um parque.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

De seguida, tal como já tinha sido solicitado no início da reunião, e antes de se entrar na ordem do dia, o **Sr. Presidente** apresentou os seguintes assuntos:

DESPACHO N.º 321/GP/AP/2013 – SEGUNDO VEREADOR A TEMPO INTEIRO, DISTRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.

Para os devidos efeitos, na sequência da instalação da Câmara Municipal da Marinha Grande para o quadriénio de 2013/2017 e na qualidade de Presidente, dou conhecimento ao digníssimo órgão executivo, que através do meu despacho n.º 321/GP/AP/2013, de 13 de novembro, escolhi também, para vereador a tempo inteiro, o Senhor Dr. Vítor Manuel Fernandes Pereira, a quem distribuí as seguintes funções:

- Área de Desenvolvimento Social
 - Ação Social;
 - Desporto;
 - Cultura;
 - Património Histórico e Cultural;
 - Juventude e Tempos Livres;
 - Terceira Idade.

A Câmara tomou conhecimento.

DECISÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DE VEREADOR EM REGIME DE MEIO TEMPO, QUE EXCEDE OS LIMITES PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 58.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL

986 - Considerando que:

- Ao abrigo do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, compete ao presidente da câmara municipal decidir sobre a existência de vereadores em regime de tempo inteiro e meio tempo e fixar o seu número, até aos limites previstos na lei;
- No caso concreto do município da Marinha Grande, o limite a observar é de dois vereadores a tempo inteiro, conforme dispõe a alínea c) da norma aludida;
- Em conformidade com o previsto no n.º 2 do artigo 58.º, compete à câmara municipal, sob proposta do respetivo presidente, fixar o número de vereadores em regime de tempo inteiro e meio tempo que exceda os limites já identificados;
- Cabe ao presidente da câmara, nos termos do n.º 4 do artigo 58.º da referida lei, escolher os vereadores a tempo inteiro e a meio tempo, fixar as suas funções e determinar o regime do respetivo exercício;
- Através dos meus despachos n.ºs 283/GP/AP/2013, de 22 de outubro e 321/GP/AP/2013, de 13 de novembro, escolhi para vereadores a tempo inteiro, os Senhores Paulo Jorge Campos Vicente e Vítor Manuel Fernandes Pereira;
- Se verifica a existência de dotação orçamental que permita a opção de mais um vereador, no caso, a meio tempo;

Proponho, que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do n.º 2 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, no sentido da fixação de um vereador a meio tempo, para além dos dois vereadores previstos na alínea c) do n.º 1 da mesma disposição legal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Após a votação, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comentou o assunto, referindo que ao longo do tempo, desde a tomada de posse, tem vindo a saber que há acordos, compromissos, consensos, que pede que sejam transparentes. Acha bem este acordo PS, PSD e CDU, entende que devem ser divulgados, e só lamenta que estes acordos não tenham sido feitos há mais tempo.

Seguidamente leu a declaração que se passa a reproduzir:

“Como nota prévia apenas referir que o acordo do PS com o PSD, com o +C, com a CDU, deviam ser públicos e transparentes para sabermos com que propostas comuns concretas podem os munícipes contar.

O acordo estabelecido entre os três partidos (PS, PSD e CDU) faz todo o sentido e até é desejável. Aliás foi sempre esta a nossa posição, e lamentamos que esta decisão não tenha sido tomada há décadas, evitando permanentemente a discussão e o sentido de voto, contrários às opiniões do outro partido, sem se olhar ao benefício dos cidadãos.

Todos recordamos o último mandato onde a postura dos partidos maioritários (PS e CDU) inúmeras vezes roçou o impensável. Mesmo que cinco dos interlocutores deste mandato sejam os mesmos do mandato anterior que permanentemente discordaram, afinal era possível o entendimento.

A única razão que encontramos para que ao fim de tantos anos tenha sido possível chegar a este acordo, foi a eleição dos movimentos independentes. Desta forma, todos compreenderão que um desígnio porque nos candidatamos está encontrado e congratulamo-nos por isso. Lamentamos que este acordo seja demasiado generalista, com muito poucas acções concretas e nunca temporizadas, que nos permita entender o que será feito nos próximos 4 anos. Pelo que entendi, iremos ter pelouros autónomos política e financeiramente do exercício da vereação da Câmara, incluindo gestão de pessoal, será que teremos uma gestão bicéfala ?

Depois de debatermos com o PS e a CDU, e de termos ouvido que tal união não seria possível, desejamos que tenham encontrado um modelo que passe por executar um projecto comum de governação, que seja público e transparente, virado para o desenvolvimento da terra e o aumento do bem-estar dos cidadãos, desligando-se de interesses partidários. Oxalá assim seja.

Como afirmei, defenderei os munícipes com propostas concretas para a resolução das suas necessidades, e sempre que forem apresentadas soluções que os marinhenses, os vieirenses e os moitenses esperam que sejam feitas, podem contar com o meu apoio.

Dizer ainda, que não posso deixar de manifestar a minha indignação, por ter tido conhecimento deste acordo pela comunicação social. O assunto é demasiado importante para o executivo desta instituição e para o futuro próximo do nosso concelho, para que não tenha sido dado conhecimento a todos os vereadores, antes de ser publicitado, num claro desrespeito institucional. É uma prática que condeno, não dignifica a Câmara Municipal da Marinha Grande, nem os seus concidadãos, e que obviamente foi usada no passado, com muitas críticas. Recordo apenas como exemplo o que foi dito pela CDU e pelo PSD no mandato anterior, quando o executivo PS apresentou o acordo com o União de Leiria, antes de dar a conhecer aos restantes membros do executivo.

Que seja a bem do concelho da Marinha Grande.”

Em seguida usou da palavra o **Sr. Vereador Paulo Vicente**, que referiu que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira tem andado distraído, porque nos últimos quatro anos, independentemente de acordos, quase todas as deliberações foram tomadas por unanimidade. Disse que não lhe aceita as considerações de “salvador da Pátria”, respeita-o, mas não recebe lições de política de ninguém.

O **Sr. Presidente** disse que a partir de agora, depois de uma votação, e enquanto não houver Regimento, não voltará a dar a palavra. Referiu que os acordos estão feitos, é mentira que no anterior mandato estivessem permanentemente em desacordo, salvo três ou quatro situações, e que apenas hoje tinha que dar conhecimento dos Vereadores que nomeou e a quem distribuiu pastas, pelo que entende que não errou. A lei não o obriga a mais nada.

Tendo em conta as anteriores intervenções após a votação, o **Sr. Vereador Vítor Pereira** pediu também para intervir e esclarecer, tendo-lhe sido concedida a palavra. Referiu que as situações têm que ser ponderadas, e logo que foram conhecidos os resultados eleitorais conversaram todos uns com os outros. Houve sigilo, respeito mútuo nas negociações da CDU com o PS, e mais do que um compromisso entre partidos é um compromisso com a população da Marinha Grande. Vieram com o sentido da responsabilidade, pois são os partidos o garante da democracia, apesar de terem sido os próprios partidos que criaram os movimentos independentes. No anterior mandato nunca ultrapassaram os limites, embora houvesse discordância e pluralidade de ideias e opiniões. Não houve assim tantas discordâncias, mas houve, e ainda bem que as houve. Terminou dizendo que lhe causam algum desgosto certas atitudes populistas e demagógicas, mas o que é importante é estarem aqui a pôr os interesses da Marinha Grande e da sua população em primeiro lugar.

Por último o **Sr. Presidente** reafirmou tudo aquilo que disse nas conferências de imprensa, realçando que tudo foi feito no intuito de encontrar o melhor para as populações do concelho.



Seguidamente, o Sr. Presidente deu início à discussão e votação dos assuntos incluídos na ordem do dia previamente distribuída.

1 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DA TAXA RESPEITANTE AO ANO DE 2013 A LIQUIDAR NO ANO DE 2014

987 - Nos termos do disposto na alínea a) do art.º 10.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro, Lei das Finanças Locais, o produto da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), constitui receita dos municípios.

Conforme estipulado na alínea d) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal fixar anualmente o valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, mediante proposta da Câmara Municipal, conforme disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do mesmo diploma legal.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Considerando que nos termos do n.º 5 do art.º 112 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, de ora em diante designado por CIMI, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano aos prédios urbanos e prédios urbanos avaliados, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do mesmo artigo, alterados pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que esta deliberação deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira até ao dia 30 de novembro de 2013, atento o disposto no n.º 13 do art.º 112.º do CIMI;

Considerando que o novo intervalo preceituado na alínea b) n.º 1 do art.º 112.º do CIMI, para os prédios urbanos, é de 0,5 % a 0,8 %, quando anteriormente era de 0,4% a 0,7 %.

Considerando que o novo intervalo preceituado na alínea c) n.º 1 do art.º 112.º do CIMI, para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, é de 0,3 % a 0,5 % quando anteriormente era de 0,2 % a 0,4 %.

Considerando os investimentos em curso e que se perspetivam lançar no concelho da Marinha Grande nas áreas das infra-estruturas de redes municipais e requalificação urbana, cuja execução física e financeira terá um forte impacto na estrutura da despesa do orçamento camarário do ano de 2014.

Considerando a atual conjuntura económica e social do país e todo o esforço que está a ser requerido à população em geral e em especial aos munícipes do concelho da Marinha Grande.

A Câmara Municipal propõe a fixação das taxas respeitantes ao ano de 2013 a liquidar no ano de 2014 em 0,50% a taxa de IMI para os prédios urbanos (alínea b) do n.º 1 do art.º 112 do CIMI) e em 0,30% a taxa de IMI para os prédios urbanos avaliados (alínea c) do n.º 1 do art.º 112 do CIMI).

Considerando o exposto, a Câmara Municipal delibera nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis respeitante ao ano de 2013 a liquidar no ano de 2014 para que o órgão deliberativo fixe as mesmas nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25 do mesmo diploma legal, atenta a necessidade da sua comunicação, até ao dia 30 de novembro de 2013, à Autoridade Tributária e Aduaneira.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - LANÇAMENTO DA DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2013 A COBRAR NO ANO DE 2014

988 - De acordo com o estabelecido na alínea b) do art.º 10.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro, Lei das Finanças Locais, o produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do art.º 14.º do mesmo diploma legal, constitui uma receita municipal.

Considerando que de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 14.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro, Lei das Finanças Locais, os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas) que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;

Considerando que de acordo com o n.º 4 do art.º 14.º da referida lei, a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000 euros.

Considerando os investimentos em curso e que se perspetivam lançar no concelho da Marinha Grande nas áreas das infraestruturas de redes municipais e requalificação urbana, cuja execução física e financeira terá um forte impacto na estrutura da despesa do orçamento camarário do ano de 2014;

A Câmara Municipal, apreciando o exposto e concordando com o seu teor, delibera nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art. 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte proposta de lançamento da derrama relativa ao ano de 2013 a cobrar em 2014, fixando-a em:

- **1,5% para as empresas com lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) que registem no ano anterior um volume de negócios superior a 150.000 euros, nos termos do disposto art.º 14.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro;**
- **0,75% para as empresas com lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) que no ano anterior registem um volume de negócios compreendido entre os 75.000 euros e os 150.000 euros, ambos inclusive, nos termos do disposto no art.º 14.º, n.º 4 da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro;**
- **Isentar de derrama as empresas com lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) que no ano anterior registem um volume de negócios inferior a 75.000 euros, nos termos do disposto no art.º 12.º, n.º 2 da Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro.**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Mais delibera submeter a presente proposta a apreciação e votação pela Assembleia Municipal para que este órgão deliberativo autorize o lançamento da derrama relativa ao ano de 2013, a cobrar em 2014, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - 20.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013

989 - Presente proposta da 20ª Modificação – 3ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2013, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

3ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2013, no valor de 40.350,02 euros nos reforços e 40.350,02 euros nas anulações;

3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2013, no valor de 7.150,00 euros nos reforços e 7.150,00 euros nas anulações, com inscrição de dotação em 2014 no montante de 1.490.792,00 euros;

3ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2013, no valor de 7.248,00 euros nos reforços e 32.050,00 euros nas anulações e com redução de dotação em anos seguintes no montante total de 16.581,00 euros.

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, **delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 20ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, constituída pela 3ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 3ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais**, para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º do mesmo diploma legal.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida nesta altura, para uma pequena pausa, que decorreu das 11:30 horas às 11:45 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

4 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. RENÚNCIA AO MANDATO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

990 - Presente declaração de renúncia ao mandato do Presidente do Conselho de Administração, da empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. Unipessoal S.A.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento e aceitar a produção de efeitos imediatos da renúncia do Presidente do Conselho de Administração da empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. Unipessoal S.A.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

991 - No prosseguimento da ordem do dia, e encontrando-se em apreciação o ponto 5, o Sr. Vereador Carlos Logrado requereu a retirada deste ponto, tendo apresentado a seguinte proposta:

“Proponho a retirada do ponto por não ter sido cumprida a obrigatoriedade de distribuição dos documentos, tal como ficou acordado na primeira reunião da Câmara.”

O Sr. Presidente aceitou o requerimento, tendo informado que os documentos estiveram presentes na sala de reuniões, para consulta pelos Srs. Vereadores, tal como o podem fazer com outros processos, nomeadamente os processos de obras. De seguida colocou à votação a proposta do Sr. Vereador.

A proposta foi recusada, com 4 votos contra, 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira e 1 voto a favor, do seu proponente.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente, não participando na discussão e votação, por incompatibilidade, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG, E.M. Unipessoal S.A.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Abstive-me por entender que é um procedimento internacional e tem que haver Conselho de Administração na 2.ª feira, para apreciação desse processo, e nesse sentido entendo que tem que ser votada a proposta. No entanto, entendo que seja apenas casuístico o facto de os documentos não nos terem sido enviados.”

De seguida, procedeu-se à apreciação e votação do ponto 5 da ordem do dia.

5 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S. A. DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL. MANDATO DISCRIMINADO.

992 - Na sequência da aprovação do regime jurídico da atividade empresarial local, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os órgãos estatutários da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande são a assembleia geral e o conselho de administração.

Nos termos do artigo 9.º dos estatutos da empresa, cabe à Câmara Municipal designar o seu representante na assembleia geral, conferindo-lhe simultaneamente mandato discriminado quanto ao conteúdo das deliberações a adotar e ao respetivo sentido de voto.

O mandato dos titulares dos órgãos sociais da TUMG, Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. Unipessoal S.A., coincide com o mandato dos titulares dos órgãos autárquicos, pelo que cabe proceder à eleição dos membros do órgão de administração e da mesa da assembleia geral, em conformidade com o artigo 26.º, n.º 1, da Lei n.º 50/2012 e com os artigos 10.º, n.º 1 e 13.º, n.º 2, dos estatutos da empresa.

Compete, igualmente, à assembleia geral deliberar sobre os instrumentos de gestão previsional para o ano de 2014 (artigo 12.º, n.º 3, dos estatutos da empresa).

Nestes termos, a Câmara Municipal deve designar o seu representante na assembleia geral e emitir mandato discriminado quanto ao teor das decisões a tomar.

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 26.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e do artigo 9.º, n.º 1, dos estatutos da empresa, designar seu representante na assembleia geral da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande, o Presidente desta Câmara Municipal, Álvaro Manuel Marques Pereira.

A Câmara Municipal delibera ainda, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, dos estatutos da empresa, emitir o seguinte mandato a executar pelo seu representante:

- 1) A Mesa da Assembleia Geral da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande deve ser constituída por Gabriel Paulo Ramos Sousa Roldão, que preside, e por Paula Alexandra dos Santos Ferreira, que secretaria.
- 2) O Conselho de Administração deve ser constituído pelo Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, na qualidade de Presidente, e pela Dr.ª Maria de Fátima Malesso Cardoso, na qualidade de administradora.
- 3) A designação do Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, na qualidade de Presidente e administrador não remunerado, não está sujeita às regras previstas no Estatuto do Gestor Público, de acordo com o artigo 30.º, n.º 5, da Lei n.º 50/2012.
- 4) A designação como membro do Conselho de Administração da Dr.ª Maria de Fátima Malesso Cardoso está sujeita ao Estatuto do Gestor Público, fundamentando-se no Curriculum Vitae, que se dá por integralmente reproduzido, pelo qual se atesta a idoneidade, a capacidade e experiência de gestão e o sentido de interesse público.
- 5) O mandato dos membros dos órgãos estatutários cessa nos termos do artigo 8.º, dos estatutos, ou seja, aquando da cessação do mandato dos titulares dos órgãos municipais.
- 6) Aprovar os instrumentos de gestão previsional para o ano de 2014.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Esta deliberação foi tomada por escrutínio secreto, com 4 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção.

Os documentos de gestão previsional para o ano de 2014 foram aprovados por maioria, com 4 votos a favor e 2 votos contra dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Carlos Logrado.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

"Voto contra porque o plano de atividades (PA) não foi feito por um administrador e sim por um TOC, não reflete a visão do negócio, e apenas a repercussão do que foi feito em 2013. Devemos deixar que a nova administração com a experiência na gestão de transportes urbanos, faça um PA, que reflita o negócio da empresa".

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente, não participando na discussão e votação, por incompatibilidade, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG, E.M. Unipessoal S.A.

Relativamente ao Plano de Atividades da TUMG para 2014, o Sr. Vereador Vítor Pereira recomendou à nova administração hoje escolhida que agarre esta situação e dê uma volta à eficiência da empresa.

O Sr. Vereador Carlos Logrado referiu que é uma empresa aparentemente mal gerida em termos quantitativos, e o documento agora votado é um assumir desta situação de gestão desastrosa.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida nesta altura, para almoço, que decorreu das 13:30 horas às 14:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

6 - CONTRATO-PROGRAMA "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS". AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

993 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que serão assumidos encargos até ao valor de 449.062,66_euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 0103/0501010101 e ação do PPI 2013/A/131.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao contrato-programa que tem por objeto a prestação de serviços de interesse geral de transporte de passageiros, até ao valor de quatrocentos e quarenta e nove mil, sessenta e dois euros e sessenta e seis cêntimos, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 votos contra dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Carlos Logrado.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente, não participando na discussão e votação, por incompatibilidade, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG, E.M. Unipessoal S.A.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

"Voto contra porque o plano de atividades (PA) não foi feito por um administrador e sim por um TOC, não reflete a visão do negócio, e apenas a repercussão do que foi feito em

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

2013. Devemos deixar que a nova administração com a experiência na gestão de transportes urbanos, faça um PA, que reflita o negócio da empresa".

7 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. CONTRATO PROGRAMA PARA 2014. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. PROPOSTA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

994 - Presente proposta de contrato-programa que tem por objeto a prestação de serviços de interesse geral de transporte de passageiros pela empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande.

Presente Parecer do Revisor Oficial de Contas da empresa municipal, que se dá por reproduzido.

O contrato-programa deve ser aprovado pela Assembleia Municipal, sob proposta desta Câmara Municipal, nos termos do artigo 47.º, n.º 5, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Considerando que integra o objeto social da empresa municipal TUMG a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros, de acordo com a alínea a), do artigo 4.º, dos respetivos estatutos.

Considerando que constitui atribuição dos municípios o planeamento, a gestão e a realização de investimentos em rede de transportes regulares urbanos que se desenvolvam exclusivamente na área do município, de acordo com a alínea c), do n.º 2, do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Considerando que o serviço público de transporte coletivo de passageiros constitui um serviço de interesse geral.

Considerando que quando seja atribuída a uma empresa municipal a gestão de um serviço de interesse geral é necessária a celebração de um contrato- programa, nos termos do artigo 47.º, n.º 1, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (regime jurídico da atividade empresarial local).

A Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos do disposto no artigo 47º, n.º 5, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, delibera aprovar e propor à Assembleia Municipal a aprovação do contrato-programa a celebrar com a empresa municipal TUMG, que tem por objeto a prestação de serviços de interesse geral de transporte de passageiros, a vigorar no ano de 2014.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 votos contra dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Carlos Logrado.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente, não participando na discussão e votação, por incompatibilidade, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG, E.M. Unipessoal S.A.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

"Voto contra porque o plano de atividades (PA) não foi feito por um administrador e sim por um TOC, não reflete a visão do negócio, e apenas a repercussão do que foi feito em 2013. Devemos deixar que a nova administração com a experiência na gestão de transportes urbanos, faça um PA, que reflita o negócio da empresa".

8 - CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA E BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA ATLÂNTICA. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

995 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, nos termos do contrato celebrado em 29 de agosto passado, serão assumidos encargos com a seguinte distribuição: 14.370,34 euros em 2013 e 229.629,66 euros em 2014, a que acresce IVA à taxa legal.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07030301 e ação do PPI 2011/1/43.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à execução da obra de Construção da ciclovia e beneficiação da Estrada Atlântica, no valor de duzentos e vinte e nove mil, seiscentos e vinte e nove euros e sessenta e seis cêntimos, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira absteve-se por considerar que foram atos praticados em período *à anteriori* à sua tomada de posse, portanto não estava na gestão.

9 - CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA E BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA ATLÂNTICA. TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

996 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, nos termos de informação proveniente dos serviços da Divisão de Ordenamento do Território, serão assumidos encargos no valor de 5.546,25 euros, a que acresce IVA à taxa legal, relativos a trabalhos de suprimento de erros e omissões do projeto de execução, com a seguinte distribuição: 1.577,25 euros em 2013 e 3.969,00 euros em 2014.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07030301 e ação do PPI 2011/1/43.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a trabalhos de suprimento de erros e omissões, no âmbito da obra de Construção da ciclovia e beneficiação da Estrada Atlântica, no valor de três mil, novecentos e sessenta e nove euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor, 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O Sr. Vereador Carlos Logrado votou contra e proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto contra por se tratar de uma omissão e o custo não ser imputável à Câmara Municipal.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira absteve-se por considerar que foram atos praticados em período *à anteriori* à sua tomada de posse, portanto não estava na gestão.

10 - PAVIMENTAÇÕES DE DIVERSOS ARRUAMENTOS DO CONCELHO. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

997 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos

em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público, serão assumidos encargos até ao valor de 62.025,00 euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, tendo em vista a pavimentação de diversos arruamentos no concelho da Marinha Grande.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07030301 e ações do PPI 2013/1/85 e 2013/1/87.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Pavimentações de diversos arruamentos no concelho, até ao valor de sessenta e dois mil e vinte e cinco euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIO APOIADO NA ZONA DE ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

998 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público, serão assumidos encargos até ao valor de 329.864,47 euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, tendo em vista a construção de reservatório apoiado na zona de abastecimento da Estação.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010406 e ação do PPI 2013/1/39.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Construção de reservatório apoiado na Zona de Abastecimento da Estação, até ao valor de trezentos e noventa mil euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DA MARINHA GRANDE. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

999 - A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera por unanimidade retirá-lo da ordem do dia, para alteração do procedimento a realizar, que deverá ser de concurso público com conceção.

13 - REQUALIFICAÇÃO/ADAPTAÇÃO DA ESCOLA N.º 2 DO PILADO. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

1000 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público, serão assumidos encargos até ao valor de 78.286,42_euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010305 e ação do PPI 2013/I/10.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à obra de Requalificação/adaptação da Escola n.º 2 do Pilado, até ao valor de setenta e

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

oito mil, duzentos e oitenta e seis euros e quarenta e dois cêntimos, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira absteve-se por considerar que foram atos praticados em período *à anteriori* à sua tomada de posse, portanto não estava na gestão.

14 - REQUALIFICAÇÃO/AMPLIAÇÃO/ADAPTAÇÃO A CANTINA ESCOLAR – ESCOLA N.º 3 DO PILADO. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

1001 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público, serão assumidos encargos até ao valor de 76.027,62_euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010305 e ação do PPI 2013/1/16.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à obra de Requalificação/ampliação/adaptação a cantina escolar – Escola n.º 3 do Pilado, até ao valor de setenta e seis mil e vinte sete euros e sessenta e dois cêntimos, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira absteve-se por considerar que foram atos praticados em período *à anteriori* à sua tomada de posse, portanto não estava na gestão.

15 - REQUALIFICAÇÃO DE 11 FOGOS DO BAIRRO DE CASAL DE MALTA – HABITAÇÃO SOCIAL. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

1002 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público, serão assumidos encargos até ao valor de 47.931,91 euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010203 e ação do PPI 2013/I/20.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à obra de Requalificação de 11 fogos do bairro social de Casal de Malta, até ao valor de quarenta e sete mil, novecentos e trinta e um euros e noventa e um cêntimos, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira absteve-se por considerar que foram atos praticados em período *à anteriori* à sua tomada de posse, portanto não estava na gestão.

16 - CORREÇÃO E DESOBSTRUÇÃO DOS LEITOS E MARGENS DAS LINHAS DE ÁGUA. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

1003 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de ajuste direto, serão assumidos encargos até ao valor de 11.998,80 euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/020225 e ação do PPI 2013/67.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Correção e desobstrução dos leitos e margens das linhas de água, até ao valor de onze mil, novecentos e noventa e oito euros e oitenta cêntimos, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO DO PEIXE DA PRAIA DA VIEIRA. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

1004 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e

parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público, serão assumidos encargos até ao valor de 29.478,00 euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, tendo em vista a requalificação do mercado do peixe da Praia da Vieira.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010303 e ação do PPI 2012/1/67.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Requalificação do mercado do peixe da Praia da Vieira, até ao valor de vinte e nove mil, quatrocentos e setenta e oito euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

1005 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente

da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público, serão assumidos encargos até ao valor de 350.558,71 euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, tendo em vista a requalificação da Rua das Laranjeiras.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07030301 e ação do PPI 2012/1/60.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Requalificação da Rua das Laranjeiras, até ao valor de trezentos e cinquenta mil, quinhentos e cinquenta e oito euros e setenta e um cêntimos, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Carlos Logrado não votou o presente assunto em virtude de ter dúvida sobre o seu impedimento, uma vez que é proprietário nesta rua.

**19 - SERVIÇOS POSTAIS PARA O GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE PARA O ANO 2014
– PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO
DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1
DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

1006 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho foram estabelecidos os procedimentos necessários à aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2013, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2012 foi aprovada autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal com os seguintes requisitos:

- a) resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes da Grandes Opções do Plano;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando a informação n.º 1/AF/2013 e requisição interna n.º 13053 dos serviços da DAM – Divisão de Administração e Modernização, datadas de 05-11-2013, nas quais se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização dos “*Serviços postais para o Gabinete de Apoio ao Município para o ano 2014*”.

Considerando que em sede da 20ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, foi proposto o reforço da dotação para a assunção de despesa relativa aos “Serviços postais para o Gabinete de Apoio ao Município para o ano 2014”, na classificação orgânica/económica 03/020209 e ação do PAM 2011/A/5.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Considerando que os serviços postais consubstanciam um serviço essencial previsto na alínea e) do n.º 2 do art.º 1.º da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada pelas Leis n.ºs 12/2008 de 26 de Fevereiro e 24/2008 de 2 de Junho, 6/2011, de 10 de Março, e 44/2011, de 22 de Junho, e que nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 75.º da Lei 66-B/2012 de 31 de Dezembro não está sujeito ao disposto nos nºs 1 e 4 do artigo 75.º da mesma Lei, a saber redução remuneratória e parecer prévio vinculativo.

Considerando que o valor estimado, pelos serviços da DAM, para esta despesa, para o ano de 2014, é de 92.675,92 euros, isentos de IVA.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, LCPA, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização dos “*Serviços postais para o Gabinete de Apoio ao Município para o ano 2014*”.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato que se pretende celebrar para os “*Serviços postais para o Gabinete de Apoio ao Município para o ano 2014*”, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, desde que aprovada a 20ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL PARA O PERÍODO DE 12 MESES COM INÍCIOPREVISTO A 1 DE FEVEREIRO DE 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

1007 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho foram estabelecidos os procedimentos necessários à aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA.

Considerando a informação n.º TF-09.2013 e requisição interna n.º 13621 do serviço da DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datadas de 05-11-2013, nas quais se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização do *“Fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial”* para 20 instalações municipais, para o período de 12 meses, com início previsto a 01 de fevereiro de 2014, com o preço base de 271.003,59€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que em sede da 20ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, foi proposto o reforço da dotação para a assunção de despesa relativa ao “FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA A EDIFÍCIOS CAMARÁRIOS”, nas classificações orgânica/económica 0103/0103090103 e 0103/06020399 e ação do PAM 2013/A/3.

Considerando que o fornecimento de energia elétrica consubstancia um serviço público essencial previsto na alínea b) do n.º 2 do art.º 1.º da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada pelas Leis n.ºs 12/2008 de 26 de Fevereiro e 24/2008 de 2 de Junho, 6/2011, de 10 de Março, e 44/2011, de 22 de Junho, e que nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 75.º da Lei 66-B/2012 de 31 de Dezembro não está sujeito ao disposto nos nºs 1 e 4 do artigo 75.º da mesma Lei, a saber redução remuneratória e parecer prévio vinculativo.

Considerando que o contrato a celebrar compreende um único fator, submetido à concorrência, que corresponde ao Preço da Energia Ativa e que todos os outros fatores não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras, nomeadamente a potência contratada, tarifa de acesso às redes, contribuição audiovisual, imposto especial sobre o consumo, etc., pelo que o preço base a aplicar ao procedimento é de 271.003,59€, a acrescer de IVA à taxa legal em vigor, apesar de o valor global do contrato a celebrar poder ascender a 505.935,97€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, LCPA, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização do fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial, para 20 instalações municipais, para o período de 12 meses, com início previsto a 01 de fevereiro de 2014.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato que se pretende celebrar para o *“Fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial para o período de 12 meses com início previsto a 1 de fevereiro de 2014”*, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, desde que aprovada a 20ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO LETIVO 2013/2014- PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

1008 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação,

contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho foram estabelecidos os procedimentos necessários à aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2013, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2012 foi aprovada autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal com os seguintes requisitos:

- a) resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes da Grandes Opções do Plano;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando a informação n.º 1/2243/2013 e requisição interna n.º 13109 do serviço da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datadas de 05-11-2013, nas quais se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização dos “*Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014- Período de janeiro a junho de 2014*”.

Considerando que o preço base a aplicar ao procedimento é de 16.601,00€, a acrescer de IVA à taxa legal em vigor, correspondente a 2070 tempos a um preço unitário de 8,02€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento o contrato celebrado em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, LCPA, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização dos “*Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho*”

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014- Período de janeiro a junho de 2014”.

Considerando que a autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 28-12-2012 apenas se aplica aos contratos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros em cada um dos anos económicos seguintes.

Considerando que na acção do PAM 2013/A/34, denominada de “*GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LETIVO 2013/2014*” já foram assumidos compromisso para o ano 2014 no valor de 83.564,21€ e que a abertura do presente procedimento implicaria a assunção de compromissos para o ano de 2014 de valor superior ao limite de 99.759,58€, deliberado na sessão 28/12/2012 da Assembleia Municipal, na ação do Plano de Atividades Municipais 2013/A/34.

Considerando que se encontra inscrito no Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa, no ano 2014, com a contratação dos “*Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014- Período de janeiro a junho de 2014*”, na classificação orgânica/económica 06/020220 e ação do PAM 2013/A/34.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato que se pretende celebrar para os “*Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014- Período de janeiro a junho de 2014*”, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATAÇÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2013/2014 - PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

1009 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho foram estabelecidos os procedimentos necessários à aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2013, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2012 foi aprovada autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal com os seguintes requisitos:

- a) resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes da Grandes Opções do Plano;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando a informação n.º I/2244/2013 e requisição interna n.º 13110 do serviço da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datadas de 05-11-2013, nas quais se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização dos *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2013/2014 - Período de janeiro a junho de 2014”*.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Considerando que o preço base a aplicar ao procedimento é de 8.058,00€, a acrescer de IVA à taxa legal em vigor, correspondente a 850 tempos a um preço unitário de 9,48€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento o contrato celebrado em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, LCPA, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização dos *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2013/2014 - Período de janeiro a junho de 2014”*.

Considerando que a autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 28-12-2012 apenas se aplica aos contratos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros em cada um dos anos económicos seguintes.

Considerando que na acção do PAM 2013/A/34, denominada de *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LETIVO 2013/2014”* já foram assumidos compromisso para o ano 2014 no valor de 83.564,21€ e que a abertura do presente procedimento implicaria a assunção de compromissos para o ano de 2014 de valor superior ao limite de 99.759,58€, deliberado na sessão 28/12/2012 da Assembleia Municipal, na acção do Plano de Atividades Municipais 2013/A/34.

Considerando que se encontra inscrito no Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa, no ano 2014, com a contratação dos *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2013/2014 - Período de janeiro a junho de 2014”*, na classificação orgânica/económica 06/020220 e acção do PAM 2013/A/34.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato que se pretende celebrar para os *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2013/2014 - Período de janeiro a junho de 2014”*, para efeitos do

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “PAGAMENTO POR MULTIBANCO NOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA O ANO 2014” – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

1010 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando as informações dos serviços da DAM – Divisão de Administração e Modernização, DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento e da DFTI – Divisão

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Financeira e de Tecnologia de Informações nas quais se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização da prestação de serviços de *“Pagamento por multibanco nos serviços da Câmara Municipal da Marinha Grande para o ano 2014”*.

Considerando que se encontra inscrito no Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa, no ano 2014, com a contratação de serviços de *“Pagamento por multibanco nos serviços da Câmara Municipal da Marinha Grande para o ano 2014”* na classificação orgânica/económica 0103/ 030601, acção do PAM 2013/A/140.

Considerando que o preço base a aplicar é de 2.770,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10% em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização da prestação de serviços de *“Pagamento por multibanco nos serviços da Câmara Municipal da Marinha Grande para o ano 2014”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato que se pretende celebrar para serviços de *“Pagamento por multibanco nos serviços da Câmara Municipal da Marinha Grande para o ano 2014”*, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL PARA O EDIFÍCIO DA RESINAGEM E CANTINA DA VÂRZEA, PARA O PERÍODO PREVISTO DE DEZEMBRO DE 2013 A MAIO DE 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

1011 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho foram estabelecidos os procedimentos necessários à aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA.

Considerando a informação dos serviços da DISU - Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização do fornecimento de gás natural para o edifício da Resinagem e cantina da Várzea, para o período previsto de dezembro de 2013 a 31 de maio de 2014.

Considerando que em sede da 20ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, foi proposto o reforço da dotação para a assunção de despesa relativa ao fornecimento de gás natural ao edifício da Resinagem e cantina da Várzea, nas classificações orgânica/económica 0103/02010299 e 0103/06020399 e ação do PAM 2011/A/115, sendo o valor da despesa estimado em 2.305,47€, acrescido de IVA à taxa de 23%.

Considerando que o fornecimento de gás natural consubstancia um serviço público essencial previsto na alínea c) do n.º 2 do art.º 1.º da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada pelas Leis n.ºs 12/2008 de 26 de Fevereiro e 24/2008 de 2 de Junho, 6/2011, de 10 de Março, e 44/2011, de 22 de Junho, e que nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 75.º da Lei 66-B/2012 de 31 de Dezembro não está sujeito ao disposto nos nºs 1 e 4 do artigo 75.º da mesma Lei, a saber redução remuneratória e parecer prévio vinculativo.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização do fornecimento de gás natural ao edifício da Resinagem e cantina da Várzea.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato que se pretende celebrar para o *“Fornecimento de gás natural para o edifício da Resinagem e cantina da Várzea, para o período previsto de dezembro de 2013 a maio de 2014”*, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, desde que aprovada a 20ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - ACESSO À INTERNET PARA DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E EDIFÍCIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O PERÍODO DE 1 DE DEZEMBRO DE 2013 A 28 DE FEVEREIRO DE 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

1012 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho foram estabelecidos os procedimentos necessários à aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Considerando a informação dos serviços da DFTI na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização dos serviços de acesso à internet de diversos estabelecimentos de ensino e edifício da assembleia municipal, para o período previsto de 1 de dezembro de 2013 a 28 de fevereiro de 2014.

Considerando que em sede da 20ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, foi proposto o reforço da dotação para a assunção de despesa relativa aos serviços de acesso à internet de diversos estabelecimentos de ensino e edifício da assembleia municipal, na classificação orgânica/económica 02/020209 e ação do PAM 2013/A/5, sendo o valor da despesa estimado em 878,00€, acrescido de IVA à taxa de 23%.

Considerando que os serviços de acesso à internet a diversos estabelecimentos de ensino e edifício da assembleia municipal consubstanciam um serviço público essencial previsto na alínea d) do n.º 2 do art.º 1.º da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada pelas Leis n.ºs 12/2008 de 26 de Fevereiro e 24/2008 de 2 de Junho, 6/2011, de 10 de Março, e 44/2011, de 22 de Junho, e que nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 75.º da Lei 66-B/2012 de 31 de Dezembro não está sujeito ao disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 75.º da mesma Lei, a saber redução remuneratória e parecer prévio vinculativo.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização dos serviços de acesso à internet de diversos estabelecimentos de ensino e edifício da assembleia municipal.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato que se pretende celebrar para o *“Acesso à internet para diversos estabelecimentos de ensino e edifício da assembleia municipal para o período de 1 de dezembro de 2013 a 28 de fevereiro de 2014”*, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, desde que aprovada a 20ª Modificação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DO “CONTROLO DA QUALIDADE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO PARA O ANO 2014”

1013 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66–B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação

quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º EM/28/2013 e requisição interna n.º 13613 do serviço da DISU - Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratação de serviços de *“Controlo da qualidade de água para consumo humano para o ano 2014”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 200.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1251/2011 da Comissão de 30 de Novembro de 2011 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na contratação de serviços de *“Controlo da qualidade de água para consumo humano para o ano 2014”*, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para contratação de serviços *“Controlo da qualidade de água para consumo humano para o ano 2014”*, na classificação orgânica/económica 07/020220, ação do PAM 2013/A/58.

Considerando que o preço base a aplicar é de 5.305,00 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação de serviços de *“Controlo da qualidade de água para consumo humano para o ano 2014”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de fevereiro e os preceitos

estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de *“Controlo da qualidade de água para consumo humano para o ano 2014”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - TRANSPORTES ESCOLARES E NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS, CULTURAIS SOCIAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO PARA O ANO 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

1014 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho foram estabelecidos os procedimentos necessários à aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA.

Considerando a informação dos serviços da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização dos *“Transportes escolares e no âmbito de projetos educativos, culturais sociais e desportivos apoiados pelo município para o ano 2014”*.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para o *“CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTES ESCOLARES E OUTROS A CELEBRAR COM A EMPRESA MUNICIPAL TUMG PARA O ANO DE 2014 - EXCEPTO TRANSPORTES URBANOS”*, na

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

classificação orgânica/económica 0103/020210, ação do PAM 2013/A/130, sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar, pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar, de 311.475,00€, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização dos *“Transportes escolares e no âmbito de projetos educativos, culturais sociais e desportivos apoiados pelo município para o ano 2014”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato que se pretende celebrar para os *“Transportes escolares e no âmbito de projetos educativos, culturais sociais e desportivos apoiados pelo município para o ano 2014”*, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente, não participando na discussão e votação, por incompatibilidade, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG, E.M. Unipessoal S.A.

28 - REQ. N. 1242/13, DATADO DE 09/08/2013 – PC N.º 129/13, DATADO DE 06/05/2013 – MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, S.A.

1015 - Presente processo de licenciamento, em nome de **MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, S.A.**, com o NIPC 502 011 475, com sede na Rua João Mendonça, n.º 505, freguesia de Senhora da Hora, concelho de Matosinhos, para a demolição de uma edificação existente e execução de uma área de estacionamento automóvel, na avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 122, lugar de Amieirinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.220 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.499, da freguesia e concelho da Marinha Grande; Presente informação técnica datada de 7/11/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

A Câmara Municipal delibera:

DEFERIR o processo de licenciamento, em nome de **MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, S.A.**, com o NIPC 502 011 475, com sede na rua João Mendonça, n.º 505, freguesia de Senhora da Hora, concelho de Matosinhos, para a demolição de uma edificação existente e execução de uma área de estacionamento automóvel, na Avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 122, lugar de Amieirinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.220 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.499, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, designadamente o projeto de rede de águas pluviais;

2.- Assegurar a execução da totalidade dos trabalhos necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente garantindo o ajustamento dos remates ao nível do passeio e restante via pública.

3 - Assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no se Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - REQ. N.479/13, DATADO DE 01/04/2013 – PC N.º 81/13, DATADO DE 01/04/2013 – DAVID SÉRGIO LOPES FÉTEIRA

1016 - Presente processo de licenciamento, em nome de **DAVID SÉRGIO LOPES FÉTEIRA**, com o NIF 206 514 751, residente na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 30, freguesia de Vieira de Leiria, para a **legalização de um edifício destinado a comércio**, existente na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 28, freguesia de Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.501 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.255, da referida freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande; Presentes projetos de arquitetura e das especialidades de águas e de esgotos, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Presente informação técnica datada de 15/10/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presente processo antecedente, com o n.º 543/1971, relativo à alteração da fachada de edifício existente, aprovado em reunião de 24/08/1971, a que corresponde o alvará de licença de construção n.º 631, emitido em 27/09/1971;

A Câmara Municipal delibera:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de DAVID SÉRGIO LOPES FÉTEIRA, com o NIF 206 514 751, residente na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 30, freguesia de Vieira de Leiria, para a legalização de um edifício destinado a comércio, existente na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 28, freguesia Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.501 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.255, da referida freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os restantes projetos de especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

2.- Nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - REQ. N. 1767/13, DATADO DE 30/03/2013 – PC N.º 301/11, DATADO DE 04/05/2011 – ANTÓNIO DA COSTA GODINHO

1017 - Presente processo de licenciamento, em nome de **ANTONIO COSTA GODINHO**, com o NIF 166 361 143, residente na Rua da Várzea, n.º 51, freguesia e concelho de Marinha Grande, para a **instalação de um estabelecimento de comércio a retalho de alimentos para animais**, num edifício existente na Travessa dos Outeirinhos, freguesia de concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.447 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2961, da freguesia e concelho da Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 31/10/2012.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Presente informação técnica datada de 07/11/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados aptos a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a **Câmara delibera:**

DEFERIR o processo de licenciamento, em nome de ANTONIO COSTA GODINHO, com o NIF 166 361 143, residente na Rua da Várzea, n.º 51, freguesia e concelho de Marinha Grande, para a instalação de um estabelecimento de comércio a retalho de alimentos para animais, num edifício existente na Travessa dos Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.447 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2.961, da referida freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera **INFORMAR** o requerente dos seguintes aspetos:

- 1.- Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2.- Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - REQ. N. 171/13, DATADO DE 24/10/2013 – PC N.º 393/11, DATADO DE 24/10/2013 – GENTIL DOS SANTOS CONSTÂNCIO

1018 - Presente requerimento n.º 171/13, datado de 24/10/2013, constante do processo n.º 393/13, datado de 24/10/2013, subscrito por **Gentil dos Santos Constâncio**, com o NIF n.º 169763765, residente na Rua Clube Recreativo Amieirinhense, n.º 13, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao **pedido de licenciamento da obra de “Construção de telheiro”**, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Clube Recreativo Amieirinhense, n.º 13, lugar de Amieirinha, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.590 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 11.614, da referida freguesia de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2013/11/06 propondo a aprovação dos projetos de arquitetura e das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de **“Construção de telheiro”**, incidente sobre um prédio sito na Rua Clube Recreativo Amieirinhense, n.º 13, lugar de Amieirinha, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.590 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo artigo n.º 11.614, da freguesia e concelho de Marinha Grande, com o n.º de processo 393/13, com data de entrada em 2013/10/24, apresentado por **Gentil dos Santos Constâncio**, com o NIF n.º 169763765, residente na Rua Clube Recreativo Amieirinhense, n.º 13, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, **a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços de Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, promovendo o respetivo registo dessa deslocação no livro de obra.**
- 2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - REQ. N. 1572/13, DATADO DE 02/10/2013 – PC N.º 360/13, DATADO DE 02/10/2013 – FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO GESPATRIMÓNIO RENDIMENTO

1019 - Presente processo de licenciamento, em nome de FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO GESPATRIMÓNIO RENDIMENTO, com o NIPC 720 005 337, com sede na Av. Álvares Cabral, n.º 41, Lisboa, para a **alteração de material da caixilharia exterior** de um edifício existente, sito na Praça Stephens, n.º^{os} 13/21, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 81.43 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6.409, da referida freguesia e concelho da Marinha Grande;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Presente informação técnica datada de 28/10/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presente parecer externo favorável da Direção Regional de Cultura do Centro.

A Câmara Municipal delibera:

DEFERIR o processo de licenciamento, em nome de FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO GESPATRIMÓNIO RENDIMENTO, com o NIPC 720 005 337, com sede na Av. Álvares Cabral, n.º 41, Lisboa, para a alteração de material da caixilharia exterior de um edifício existente, sito na Praça Stephens, n.ºs 13/21, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8.143 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6.409, da referida freguesia e concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - REQ. N. 1753/13, DATADO DE 29/10/2013 – PC N.º 303/12, DATADO DE 15/10/2012 – ERNESTINO GOMES

1020 - Presente requerimento n.º 1753/13, registado em 2013/10/29, em nome de Ernestino Gomes, com o NIF 115275053, residente na Estrada da Maceira, n.º 5, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento de obras de alteração e ampliação (legalização) da moradia sita na Estrada da Maceira, Lugar de Picassinós, freguesia de Marinha Grande, no prédio com 508,00 m², inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.241, da freguesia de Marinha Grande e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 6.308, com projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal em 2013/01/10.

Presente projetos das especialidades acompanhados de declaração de responsabilidade do seu autor.

Presente informação técnica dos serviços, datada de 2013/10/30, que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados aptos a merecer aprovação.

Após análise do pedido, considerando o parecer técnico que recaiu sobre o mesmo, a Câmara Municipal delibera:

Deferir o pedido de licenciamento apresentado por Ernestino Gomes, com o NIF 115275053, residente na Estrada da Maceira, n.º 5, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente a obras de alteração e ampliação (legalização) da moradia, sita na Estrada da Maceira, Lugar de Picassinós, Freguesia de Marinha Grande, no prédio com 508,00 m², inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.241, da freguesia de Marinha Grande e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.308, tendo por condicionalismos a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG – com a redação atual (DR II série, de 30 de março de 2013), a concessão de autorização de utilização é precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - REQ. N. 1761/13, DATADO DE 30/10/2013 – PC N.º 151/09, DATADO DE 06/07/2009 – JOSÉ CARLOS RODRIGUES PEREIRA

1021 - Presente requerimento n.º 1761/13, datado de 2013/10/30, constante do processo camarário n.º 151/09, subscrito por José Carlos Rodrigues Pereira, com o NIF n.º 109336160, residente na Rua José Oliveira Zuquete, Lote n.º 76, Quinta de Santo António, freguesia de Marrazes, concelho de Leiria, referente ao **pedido de licenciamento da obra de “Alteração e ampliação de edifício de habitação”** existente, incidente sobre um prédio sito na Rua Helena Lopes Vieira, lugar de São Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 835 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4.642, da freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2012/12/13.

Presentes projetos das especialidades referentes ao pedido de licenciamento em apreço, dispondo de parecer técnico dos serviços datado de 2013/11/06, a propor a sua aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de **“Alteração e ampliação de edifício de habitação”** existente, incidente sobre um prédio sito na Rua Helena Lopes Vieira, lugar de São Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 835 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4.642, com o número de processo 151/09, com data de entrada em 2009/07/06, apresentado por José Carlos Rodrigues Pereira, com o NIF n.º 109336160, residente na Rua José Oliveira Zuquete, Lote n.º 76, Quinta de Santo António, freguesia de Marrazes, concelho de Leiria, com projeto de arquitetura aprovado em reunião de câmara de 2012/12/13, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
3. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG) em vigor, as obras de construção civil nas praias de S. Pedro de Moel, Praia da Vieira e Água de Madeiros, são suspensas do dia 1 de julho a 31 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - REQ. N. 1426/13, DATADO DE 10/09/2013 – PC N.º 82/08, DATADO DE 25/02/2008 – MARIA CRISTINA ESTEVES DO VALE

1022 - Presente requerimento n.º 1426/13, datado de 10/09/2013, constante do processo de licenciamento, registado sob o n.º 82/08, em 2013/09/10, em nome de **Maria Cristina Esteves do Vale**, com o NIF 184093392, residente em Estrada da Garcia, n.º 65, lugar do Cartaxo, freguesia e concelho de Marinha Grande, para alteração ao projeto de obras de alteração e ampliação de moradia, com alvará de licença de ampliação n.º 73/11, sita na Estrada da Garcia, lugar de Cartaxo, freguesia de Marinha Grande, erigida no prédio urbano com 1.215,00 m², registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.468, e omissa na matriz.

Presente informação técnica datada de 2013/11/06 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação.

Após análise do pedido, considerando o parecer técnico que recaiu sobre o mesmo, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR o pedido de licenciamento, em nome de Maria Cristina Esteves do Vale, NIF 184093392, residente em Estrada da Garcia, n.º 65, lugar do Cartaxo, freguesia e concelho de Marinha Grande, para alteração ao projeto referente a obras de alteração e ampliação de moradia, com alvará de licença de ampliação n.º 73/11, sita na Estrada da Garcia, lugar de Cartaxo, freguesia de Marinha Grande, erigida no prédio urbano com 1.215 m2, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.468, e omissa na matriz, tendo por condicionalismo a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redacção

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

do Decreto- Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2. Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - REQ. N. 1774/13, DATADO DE 31/10/2013 – PC N.º 280/12 , DATADO DE 25/09/2012 – VITOR MANUEL DE SOUSA ALVES

1023 - Presente requerimento n.º 1774/13, datado de 2013/10/31, em nome de Vitor Manuel de Sousa Alves, com o NIF 111373972, residente em Av. José Gregório, n.º 5, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, para a demolição de uma habitação e telheiros, a alteração e ampliação do edifício principal (habitação), a construção de telheiro destinado a estacionamento e a legalização de dois telheiros, existentes no prédio misto sito na Av. José Gregório, n.º 5, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 923, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4.639 e o artigo n.º 7.320 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 8.900, da referida freguesia de Marinha Grande, com projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal em 2013/04/22;

Presentes projetos das especialidades, acompanhados de declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

Presente informação técnica dos serviços de 2013/11/07, que atesta, estarem os projetos das especialidade apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise do pedido, considerando o parecer técnico que recaiu sobre o mesmo, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR o pedido em nome de Vitor Manuel de Sousa Alves, com o NIF 111373972, residente em Av. José Gregório, n.º 5, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, para o licenciamento de obras de demolição de uma habitação e telheiros, a alteração e ampliação do edifício principal (habitação), a construção de telheiro destinado a estacionamento e a legalização de dois telheiros, existentes no prédio misto sito na Av. José Gregório, n.º 5, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 923, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4.639 e o artigo n.º 7.320 e

na matriz predial rústica sob o artigo n.º 8.900, da referida freguesia de Marinha Grande, tendo por condicionalismos:

- 1- A execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra;
- 2- Assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD) e efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de RCD, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, de acordo com o modelo constante do anexo II, parte integrante do diploma referido.

Mais delibera informar o requerente:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários;
- 2- Nos termos do artigo 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia;
3. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - REQ. N.1795/13, DATADO DE 05/11/2013 – PC N.º 10/13 , DATADO DE 07/01/2013 – JOÃO CARLOS ANJOS LOPES

1024 - Presente requerimento n.º 1795/13, datado de 2013/11/05, constante do processo camarário n.º 10/13, subscrito por João Carlos Anjos Lopes, com o NIF n.º 113644582, residente na Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 58, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao **pedido de licenciamento da “Legalização de ampliação e alteração de moradia e anexos”** existente, incidente sobre um prédio sito na Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 58, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1.879 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2.921, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2013/09/18.

Presentes projetos das especialidades referentes ao pedido de licenciamento em apreço, dispondo de parecer técnico dos serviços datado de 2013/11/11, a propor a sua aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Legalização de ampliação e alteração de moradia e anexos”* existente, incidente sobre um prédio sito na Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 58, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1.879 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2.921, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 10/13, com data de entrada em 2013/01/07, apresentado por João Carlos Anjos Lopes, com o NIF n.º 113644582, residente na Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 58, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com projeto de arquitetura aprovado em reunião de câmara de 2013/09/18, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
3. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - REQ. N. 663/13, DATADO DE 03/05/2013 – PC N.º 466/11, DATADO DE 21/12/2011 – CONCEIÇÃO JESUS VIEIRA

1025 - Presente pedido de licenciamento, apresentado por CONCEIÇÃO JESUS VIEIRA, com o NIF n.º 177 565 381, residente em Largo da República, n.º 60-A, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, para LEGALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE ANEXO DE APOIO AO EDIFÍCIO EXISTENTE, no prédio com 962,00 m², sito em Rua da Foz, n.º 38, em Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3.113 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.031, da referida freguesia de Vieira de Leiria.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Presente deliberação camarária de 2013/03/07, que concedeu o prazo de 30 dias para o interessado se pronunciar, em fase de audiência prévia, sobre o projeto de indeferimento do pedido.

Presente parecer técnico datado de 2013/11/01 que atesta não terem sido apresentados alterações ao projeto que se traduzam na redução da cércea e volumetria do edifício.

Após análise do pedido, considerando os pareceres técnicos que recaíram sobre o mesmo, a Câmara Municipal delibera:

INDEFERIR o pedido de licenciamento, em nome de CONCEIÇÃO JESUS VIEIRA, com o NIF n.º 177565381, residente em Largo da República, n.º 60-A, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, para LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE ANEXO DE APOIO AO EDIFÍCIO EXISTENTE, no prédio com 962 m², sito em Rua da Foz, n.º 38, em Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3.113 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.031, nos termos da alínea a) do n.º 1 e no n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, designadamente por violar a alínea d) do art. 3.º do R.M.E.U.M.G. - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, por contrariar a definição de anexo, segundo a qual um anexo é um “edifício destinado a um uso complementar e dependente do edifício principal”, e se considerar que a obra é “suscetível de manifestamente afetar a estética das povoações, a sua adequada inserção no ambiente urbano ou a beleza das paisagens”, designadamente em resultado da excessiva cércea proposta para um anexo e excessiva volumetria das empenas sul e nascente sobre a extremas lateral e posterior do prédio.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Paulo Vicente e António Santos.

39 - REQ. N. 1526/13, DATADO DE 23/09/2013 – PC N.º 349/12, DATADO DE 21/11/2012 – CESÁRIO FELÍCIO DA SILVA

1026 - Presente requerimento datado de 23 de setembro de 2013, apresentado por CESÁRIO FELÍCIO DA SILVA, residente na Rua da Fonte Santa, n.º 36, freguesia e concelho da Marinha Grande, com registo de entrada n.º 1526, titular do processo de construção com o n.º 349/12 (comunicação prévia).

Presente parecer jurídico, datado de 29 de outubro de 2013, sobre o assunto.

Considerando que Cesário Felício da Silva, residente na Rua da Fonte Santa, n.º 36, freguesia e concelho da Marinha Grande, titular do processo de construção n.º 349/12 (comunicação prévia) apresentou um pedido com o registo de entrada n.º 1526, datado de 23 de setembro de 2013, em que solicita a isenção de taxas municipais em virtude de ter de

ceder área do seu terreno para que a operação urbanística comunicada se compatibilize com o alinhamento proposto pelos serviços camarários;
Considerando que a dita operação urbanística implicava a demolição de uma construção e a reconstrução de uma nova no mesmo local;
Considerando que a construção a demolir, pela sua implantação, causava já um estrangulamento na Rua da Fonte Santa;
Considerando que a implantação de um novo edifício, nos mesmos moldes do anterior, perpetuaria esta situação;
Considerando que a referida demolição constitui a oportunidade para que a construção a erigir desse continuidade ao perfil transversal existente a sul e a norte da mesma;
Considerando que, por esse motivo, foi imposto, pelos serviços técnicos camarários, o recuo da edificação em apreço;
Considerando que o novo alinhamento da construção se norteou pela imperiosa necessidade de proteger os transeuntes e automobilistas que circulam naquela rua, bem como os moradores da futura construção;
Considerando que foram circunstâncias de interesse público, nomeadamente do correto ordenamento do território, que ditaram a solução apresentada;

A Câmara Municipal delibera submeter a audiência prévia, a intenção de não conceder a isenção ou a redução até 50% do montante (prevista na alínea d) do n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande) das taxas municipais devidas pela realização da operação urbanística, correspondente ao processo n.º 349/12, por:

- A área cedida pelo requerente ser residual (14,00 m² correspondentes a uma área da construção existente e a demolir, e 33,00 m² referentes a uma área do terreno propriedade do requerente);
- O deferimento da pretensão constituir uma clara violação do princípio da igualdade, na medida em que noutras circunstâncias, semelhantes à do pedido em análise, não ter sido concedida, nem sequer ponderada a isenção ou redução de taxas;
- A solução apresentada, pelos serviços camarários, se traduzir num claro melhoramento da Rua da Fonte Santa, em termos de segurança de peões e viaturas, que favorece todos os que nela circulam, incluindo o próprio requerente.

Para o efeito o requerente Cesário Felício da Silva, residente na Rua da Fonte Santa, n.º 36, freguesia e concelho da Marinha Grande, titular do referido processo, deverá ser notificado para, ao abrigo dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, dizer por escrito, no prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data da notificação do presente projeto de indeferimento, o que se lhe oferecer sobre o mesmo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

40 - REQ. N.1623/13, DATADO DE 09/10/2013 – PC N.º 166/11, DATADO DE 02/05/2011 – YUDO EU, LDA.

1027 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1623/13 de 09/10/2013, apresentado por YUDO EU, S.A., com o NIPC 508102650, com sede em Travessa 13 de Março, n.º 6, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 166/11, e titulada pelo alvará de obras de alteração n.º 18/12, emitido em 08/03/2013.

Presente parecer técnico datado 08/11/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 65.º RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Travessa 13 de Março, n.º 16, lugar de Amieirinha, freguesia de Marinha Grande, propriedade de YUDO EU, S.A., com o NIPC 508102650, com sede em Travessa 13 de Março, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - REQ. N. 1723/13, DATADO DE 24/10/2013 – PC N.º 66/08, DATADO DE 14/02/2008 – DELICIA DO MARQUÊS – PADARIA E PASTELARIA, LDA.

1028 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1723/13 de 24/10/2013, apresentado por Delicia do Marquês – Padaria e Pastelaria, Lda., com o NIPC 504442104, com sede em Rua António Lopes de Almeida, n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 66/08, e titulada pelo alvará de obras de legalização n.º 24/12, emitido em 11/12/2012.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Presente parecer técnico datado 08/11/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua António Lopes de Almeida, n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Delícia do Marquês – Padaria e Pastelaria, Lda., com o NIPC 504442104, com sede em Rua António Lopes de Almeida, n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

42 - REQ. N. 1727/13, DATADO DE 25/10/2013 – PC N.º 292/08, DATADO DE 04/09/2008 – ANTÓNIO AGOSTINHO SANTOS

1029 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1727/13 de 25/10/2013, apresentado por António Agostinho Santos, com o NIF 120325209, com residência em Rua das Figueiras, n.º 88, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 292/08, e titulada pelo alvará de obras de legalização n.º 53/13, emitido em 25/07/2013.

Presente parecer técnico datado 08/11/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Avenida José Henriques Vareda, n.º 14, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de António Agostinho Santos, com o NIF 120325209, com residência em Rua das Figueiras, n.º 88, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

43 - REQ. N. 1794/13, DATADO DE 05/11/2013 – PC N.º 214/12, DATADO DE 27/07/2012 – ARTUR JORGE DOMINGUES DA SILVA - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA

1030 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1668/13, datado de 16/10/2013, em nome de ARTUR JORGE DOMINGUES DA SILVA - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA, denominação da herança indivisa com o NIF 707213860, apresentada pelo cabeça de casal da referida herança, Madalena Dias Ferreira Leonor da Silva, com o NIF 205402712, residente na Rua 30 (Álvaro Ferreira da Silva), n.º 40, Letra P, lugar de Casal Galego freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 214/12, e objeto de emissão de alvará de obras de legalização n.º 9/13, de 12/03/2013.

Presente parecer técnico dos serviços datado 24/10/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do art.º 57.º Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Presente requerimento n.º 1794/13, apresentado em 05/11/2013, a solicitar o adiamento da vistoria, inicialmente agendada para dia 06/11/2013, em virtude de não se possível estar

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

presente nessa data. Este pedido foi deferido, tendo sido determinada a nova data para a realização a vistoria em causa, sendo necessário definir nova composição da respetiva vistoria, para que seja a mesma efetuada no mesmo dia de outras, de modo a otimizar os recursos da autarquia.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua da Índia, n.º 49, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade da herança indivisa de Artur Jorge Domingues da Silva, com o NIF 707213860, representada pelo cabeça de casal, Madalena Dias Ferreira Leonor da Silva, com o NIF 205402712, residente na Rua 30 (Álvaro Ferreira da Silva), n.º 40, Letra P, lugar de Casal Galego freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

44 - REQ. N. 1752/13, DATADO DE 29/10/2013 – PC N.º 29/03, DATADO DE 15/01/2013 – PAVIVILA CONSTRUÇÕES, LDA.

1031 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1752/13 de 29/10/2013, de PAVIVILA - CONSTRUÇÕES, LDA, com o NIPC 504770187, com sede em Lameira, Fátima, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 29/03 e titulada pelo alvará de licença pelo alvará de construção n.º 153/09, emitido em 12/10/2009.

Presente parecer dos serviços datado 07/11/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do art.º 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação,

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/0, em virtude da sociedade requerente ter extraviado o livro de obra, não tendo sido possível apresentar provas suficientes para o facto.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Professor José Custódio de Moraes, lote 21, lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de PAVIVILA-CONSTRUÇÕES, LDA., com o NIPC 504770187, com sede em Lameira, Fátima, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteta Isabel Roque
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

45 - REQ. N. 1762/13, DATADO DE 30/10/2013 – PC N.º 367/13, DATADO DE 04/10/2013 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.

1032 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por ZON TV CABO PORTUGAL, SA, com abertura de vala para execução de trabalhos respeitantes a passagem de cabos em infraestruturas existentes, relativa a rede de distribuição de televisão por cabo, numa extensão de 1.500,00 metros a levar a efeito na Rua 1.º de Janeiro, Rua 1.º de Abril, Estrada do Guilherme e Rua de Portugal (Zona Industrial), todas da freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 30/10/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública apresentado

por ZON TV CABO PORTUGAL, SA., com abertura de vala para execução de trabalhos respeitantes a passagem de cabos em infraestruturas existentes, relativa a rede de distribuição de televisão por cabo, numa extensão de 1.500,00 metros a levar a efeito na Rua 1.ª de Janeiro, Rua 1.ª de Abril , Estrada do Guilherme e Rua de Portugal (Zona Industrial), todas da freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- Deve prever uma sinalização dos locais dos trabalhos por forma a salvaguardar a passagem conveniente e em segurança de pessoas e de viaturas;
- Deverão previamente contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**46 - REQ. N. 1765/12, DATADO DE 26/10/2012 – PC N.º 319/12, DATADO DE 26/10/2012
– MARIO FELISMINO GASPAR**

1033 - Presente processo n.º 319/12, respeitante a pedido de informação prévia em nome de MARIO FELISMINO GASPAR, relativo à construção de dois edifícios para indústria em duas parcelas resultantes de emparcelamento e destaque, envolvendo três prédios descritos na Conservatória do Registo Predial sob os números 6.123, 10.952 e 2.660, sitos na Rua da Industria Metalúrgica, Cumeiras, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 01/11/2013, relativa à apreciação do pedido.

A Câmara delibera:

Informar desfavoravelmente o pedido de informação prévia, porque o eventual pedido de licenciamento nos termos propostos seria passível de indeferimento, nos termos da alínea b) n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, por a operação urbanística constituir uma sobrecarga incomportável para as infra-estruturas ou serviços gerais existentes e implicar, para o município, a realização de trabalhos por este não previstos, designadamente quanto a arruamentos e redes de abastecimento de água e de saneamento.

Mais delibera informar que a presente informação poderá ser revista sob condição de a proposta ser enquadrada numa operação urbanística de loteamento que contemple as respetivas obras de urbanização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**47 - REQ. N. 1869/12, DATADO DE 16/11/2012 – PC N.º 305/11, DATADO DE 09/08/2011
– MUSA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURÍSTICOS, LDA.**

1034 - Presente processo de licenciamento, em nome de Musa-Investimentos Imobiliários e Turísticos, Lda., com o NIPC 503 771 627, com sede na Avenida D. José I, n.º 3, C, Reboleira, Amadora, para a legalização de um edifício destinado a armazém, existente em Cavadas, Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7813 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 756, da freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 10 de maio de 2012;

Presente informação técnica datada de 29 de outubro de 2013.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 29 de outubro de 2013, que propõe a declaração de caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura para a realização da operação urbanística e,

1- Considerando que a interessada, Musa-Investimentos Imobiliários e Turísticos, Lda., com o NIPC 503 771 627, com sede na Avenida D. José I, n.º 3, C, Reboleira, Amadora solicitou, em 9 de agosto de 2011, a legalização de um edifício destinado a armazém, existente em Cavadas, Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7813 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 756, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

2- Considerando que a Câmara deliberou aprovar o respetivo projeto de arquitetura em 10 de maio de 2012, tendo desse ato sido notificada a requerente a 15 de maio de 2012, pelo ofício n.º 443/12, de 11 de maio desse ano;

3- Considerando que a requerente devia ter apresentado, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, os projetos das especialidades e peças desenhadas retificativas do projeto de arquitetura no prazo de seis meses a contar da notificação da deliberação camarária que aprovou o projeto de arquitetura, ou seja até 16 de novembro de 2012, e que não o fez;

4- Considerando que, a pedido formulado pela requerente, datado de 16 de novembro de 2012, o Presidente da Câmara, através do seu despacho de 19 de novembro de 2012, prorrogou por um período de três meses, ao abrigo do n.º 5 do artigo 20.º do RJUE, o prazo referido no número anterior, ou seja, até 16 de fevereiro de 2013, e que o mesmo foi notificado à sociedade requerente a 2 de janeiro de 2013 pelo ofício n.º 1025/12, datado de 21 de novembro de 2012, não tendo nesse prazo sido apresentados os elementos em falta;

5- Considerando que, de acordo com o disposto no n.º 6 do citado artigo 20.º do RJUE, a falta de apresentação dos projetos das especialidades e peças desenhadas retificativas do projeto de arquitetura no prazo referido no número anterior implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, ou seja até 16 de agosto de 2013;

6- Considerando que nesta data já decorreram os seis meses de suspensão, e que por esse facto estão reunidas as condições estabelecidas no mesmo n.º 6 artigo 20.º do RJUE para ser declarada a caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura;

Delibera, ao abrigo do n.º 6 do artigo 20.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar a sociedade requerente, Musa-Investimentos Imobiliários e Turísticos, Lda., com o NIPC 503 771 627, com sede na Avenida D. José I, n.º 3, C, Reboleira, Amadora, para se pronunciar em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da deliberação camarária datada de 10 de maio de 2012, que aprovou o projeto de arquitetura, referente ao processo n.º 305/11 para a legalização de um edifício destinado a armazém, existente em Cavadas, Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7813 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 756, da freguesia e concelho da Marinha Grande, por não ter apresentado, no prazo concedido após prorrogação conferida por despacho do Presidente da Câmara datado de 19/11/2012, que terminou a 16 de fevereiro de 2013, os projetos das especialidades e peças desenhadas retificativas do projeto de arquitetura a que aludem os condicionalismos expressos naquela deliberação.

Delibera igualmente informar que foi ultrapassado, a 16 de agosto de 2013, o prazo de suspensão de seis meses, estabelecido no n.º 6 do artigo 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

48 - REQ. N. 1422/11, DATADO DE 12/07/2011 – PC N.º 157/09, DATADO DE 23/11/2009 – CERÂMICA DO ENGENHO, LDA.

1035 - Presente projeto de pedido de licenciamento referente à obra de “Alteração e Ampliação de Pavilhões Industriais” existentes, a que foi atribuído o número de processo 257/09, incidente sobre vários prédios sitos no Lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por CERÂMICA DO ENGENHO, LDA., com o NIPC n.º 501.937.943, com sede no Lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 11/11/2013, sobre o limite do prazo para requerer a emissão do alvará.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 08/11/2013 que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1- Considerando que o interessado, CERÂMICA DO ENGENHO, Lda., com o NIPC n.º 501.937.943, com sede no Lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de “Alteração e Ampliação de Pavilhões Industriais” existentes, a que foi atribuído o número de processo

257/09, incidente sobre vários prédios sitos no Lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 20/06/2012, através do ofício n.º 561/12, datado de 26/06/2012, rececionado a 02/07/2012;

2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 03/07/2013 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro – RJUE);

3- Considerando que o interessado tinha até ao dia 03/07/2013 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;

4- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;

5- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 257/09, para “Alteração e Ampliação de Pavilhões Industriais” existentes, incidente sobre vários prédios sitos no Lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar o requerente, CERÂMICA DO ENGENHO, Lda., com o NIPC n.º 501.937.943, com sede no Lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

49 - REQ. N. 767/12, DATADO DE 07/05/2012 – PC N.º 727/07, DATADO DE 07/12/2017 – VECOGEST, LDA.

1036 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de construção de um Edifício Habitacional (dois fogos) e Muros de Vedação, incluindo o destaque de uma parcela de terreno, a que foi atribuído o número de processo 727/07, a levar a efeito num prédio rústico, localizado na Rua das Rosas, Pedra, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por VECOGEST, LDA., com o NIPC n.º 505668254, com sede na Rua da Base Aérea N.º 5, n.º 1398, Segodim, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria.

Presente informação técnica datada de 11/11/2013.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 11/11/2013 que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que o interessado, VECOGEST, Lda., com o NIPC n.º 505668254, com sede na Rua da Base Aérea N.º 5, n.º 1398, Segodim, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de

- licenciamento referente à construção de um Edifício Habitacional (dois fogos) e Muros de Vedação, incluindo o destaque de uma parcela de terreno, a que foi atribuído o número de processo 727/07, a levar a efeito num prédio rústico, localizado na Rua das Rosas, Pedra, Freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 27/05/2010, através do ofício n.º 603/10, de 02/06/2010, rececionado em 09/06/2010;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 10/06/2011 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro – RJUE);
 3. Considerando que o prazo foi automaticamente duplicado, a pedido do interessado, por mais um ano, por despacho do Chefe de Divisão de Urbanismo e Licenciamento, datado de 31/05/2011, nos termos do previsto no n.º 3 do artigo do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 465/11, de 06/06/2011, rececionado a 13/06/2011.
 4. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado, por mais um ano, por despacho do Presidente da Câmara datado de 11/02/2013, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 72.º, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 153/13, de 15/02/2013 e rececionado em 20/02/2013;
 5. Considerando que o interessado tinha até ao dia 11/06/2013 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
 6. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
 7. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 727/07, para licenciamento de construção de um Edifício Habitacional (dois fogos) e Muros de Vedação, incluindo o destaque de uma parcela de terreno, a levar a efeito num prédio rústico, localizado na Rua das Rosas, Pedra, Freguesia de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar o requerente, VECOGEST, Lda., com o NIPC n.º 505668254, com sede na Rua da Base Aérea N.º 5, n.º 1398, Segodim, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

50 - REQ. N.º2859/10, DATADO DE 12/07/2010 – PC N.º 480/06, DATADO DE 24/07/2006
– JOSÉ ESPERANÇA BARBEIRO

1037 - Presente projeto de pedido de licenciamento referente à construção de um edifício misto e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 480/06, incidente sobre um prédio sito na Rua dos Poços, Tojeira-Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por José Esperança Barbeiro, com o NIF n.º 103081399, residente na Rua Padre Joaquim Gonçalves Margalhau, n.º 1870, Vergieira, freguesia de Amor, concelho de Leiria.

Presente informação dos serviços datada de 11/11/2013, sobre o término do prazo legalmente previsto para que o interessado apresente o requerimento da emissão do alvará de construção referente à operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação dos serviços, datada de 11/11/2013 que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que o interessado, José Esperança Barbeiro, com o NIF n.º 103081399, residente na Rua Padre Joaquim Gonçalves Margalhau, n.º 1870, Vergieira, freguesia de Amor, concelho de Leiria foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à construção de um edifício misto e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 480/06, incidente sobre um prédio sito na Rua dos Poços, Tojeira-Picassinós, Freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 29/01/2009, através do ofício n.º 184/09, de 02/02/2009, rececionado em 06/02/2009;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 01/02/2010 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro – RJUE);
3. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado, por mais um ano, por despacho do Presidente da Câmara datado de 08/01/2010, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 39/10, de 12/01/2010 e rececionado em 20/01/2010, teminando, desta forma, em 01/02/2011;
4. Considerando que o prazo foi automaticamente duplicado, a pedido do interessado, por mais um ano, por despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 01/04/2011, nos termos do previsto no n.º 3 do artigo do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 271/11, de 06/04/2011, rececionado a 12/04/2011.
5. Considerando que o interessado tinha até ao dia 01/02/2012 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
6. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – nº 2 do artigo 71.º do RJUE;
7. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 480/06, para licenciamento de construção de um edifício misto e muros de vedação, incidente sobre um prédio sito na Rua dos Poços, Tojeira-Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar o requerente, José Esperança Barbeiro, com o NIF n.º 103081399, residente na Rua Padre Joaquim Gonçalves Margalhau, n.º 1870, Vergieira, freguesia de Amor, concelho de Leiria, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

51 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS FUNCIONAIS – EMBATE DE VIATURA EM TAMPA DE CAIXA DE SANEAMENTO – RUA DO CARTAXO - REQUERENTE: NELSON BENTO LIBERATO SANTOS –. RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIACÃO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA.

1038 - Presente requerimento com registo de entrada E/8263/2013, de Nelson Bento Liberato Santos, titular do NIF 209487666, residente na Travessa dos Cardos, n.º 124, Cartaxo, 2430-067 Marinha Grande, no qual solicitou à Câmara Municipal “...o ressarcimento do dia de vencimento e subsídio de alimentação perdidos, uma vez que a Companhia de Seguros Açoreana declinou a responsabilidade nesta matéria...”.
Afirmou ainda o requerente que “Tendo em consideração que não posso ficar lesado por uma situação à qual sou completamente alheio, venho por este meio solicitar o pagamento imediato dos 120,36€.

Presente Informação jurídica n.º I/2161/2013-FO, de 21-10-2013, na qual se apreciam os factos invocados pelo requerente e as provas produzidas, e se conclui que pela não verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública) designadamente o pressuposto da existência de um prejuízo, porquanto as alegadas perdas do dia de vencimento e do respectivo subsídio de refeição não foram danos funcionais que o lesado tenha sofrido, ao contrário do que afirmou, não existe o dever de indemnizar.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/2161/2013 - FO, que fica anexa (Anexo 1) à presente ata e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar o requerente Nelson Bento Liberato Santos, do presente projecto de decisão final de indeferimento do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação, para dizer por escrito, o que se lhe oferecer sobre o mesmo,

nos termos do previsto nos artigos 100.º e 101.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**52 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DA PRAIA DA VIEIRA.
INCUMPRIMENTO. AUDIÊNCIA PRÉVIA.**

1039 - Presente informação da Divisão Financeira, de 11 de outubro, na qual se reporta que a entidade responsável pela exploração do Parque de Campismo da Praia da Vieira não efetuou, em tempo, o pagamento da segunda tranche da renda inicial, no montante total de 5.166,00 euros.

Presente informação da Divisão Jurídica, de 24 de outubro, na qual se conclui que é possível acionar a caução especificamente prestada para garantir o pagamento da segunda tranche da renda relativa ao primeiro ano de vigência do contrato, precedida de audiência prévia do concessionário.

Considerando que não foi efetuado, no prazo estabelecido, o pagamento da segunda tranche da renda relativa ao primeiro ano de vigência do contrato;

Considerando que o cocontratante prestou caução, através de guia de depósito, no valor correspondente à renda referida;

Considerando que deve ser realizada a audiência prévia do concessionário tendo por base a intenção de acionar a caução prestada.

Assim, a Câmara Municipal delibera, ao abrigo do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo, notificar a empresa Sítios e Caminhos, Lda., na qualidade de cocontratante do contrato identificado, para se pronunciar, querendo, no prazo de dez dias úteis, a contar da respetiva notificação, sobre a intenção de acionar a caução prestada, no valor de 5.166,00 euros (cinco mil, cento e sessenta e seis euros), para liquidação da segunda tranche da renda relativa ao primeiro ano de vigência do contrato, nos termos da cláusula 22.ª do contrato.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

53 - RECEPÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL

1040 - Presente Auto de Recepção Provisória Parcial da obra de “Reabilitação do edifício da antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande – Concurso público nº 05/2010”, adjudicada por deliberação de Câmara, de dez de fevereiro de dois mil e onze, à empresa “Lena – Construções Atlântico, S.A.”, pelo valor de 3.975.000,00€ (três milhões, novecentos e setenta e cinco mil euros), relativo aos trabalhos, a seguir identificados:

- zona de exposições – (peças desenhadas com o nº. 1.14);
- entrada sul – (peças desenhadas com o nº. 1.1);
- entrada nascente – (peças desenhadas com o nº. 1.2);
- entrada norte – (peças desenhadas com o nº. 1.3);
- entrada poente 1 – (peças desenhadas com o nº. 1.4);
- entrada poente 2 – (peças desenhadas com o nº. 1.5);
- circulação - identificados nas peças desenhadas com o nº. 1.6;
- ligação do corpo poente ao edifício novo – (peças desenhadas com o nº. 1.7);
- ligação do corpo nascente ao edifício novo – (peças desenhadas com o nº. 1.8);
- serviços da CMMG – (peças desenhadas com o nº. 1.12);
- sala de conferências – (peças desenhadas com o nº. 1.13);
- zonas técnicas – (peças desenhadas com o nº. 1.16);
- zonas exteriores - identificados nas peças desenhadas com o nº. 1.17;
- rede de incêndios, rede predial de abastecimento de água e rede predial de águas residuais do comércio – (peças desenhadas com o nº. 1.9.1 a nº. 1.9.9), todos com exceção de certificação das infraestruturas elétricas dos espaços não comuns e colocação em serviços dos equipamentos de AVAC.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que os trabalhos foram executados de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente os trabalhos supra enunciados, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395º. do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

54 - RECEÇÃO DEFINITIVA

1041 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Piscina coberta de aprendizagem em Vieira de Leiria”, adjudicada por deliberação de Câmara, de doze de março de mil novecentos e noventa e nove, à empresa “Aquino & Rodrigues – Construções, S.A.”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto no artº. 208º., do Dec-Lei nº 405/93, de 10 de dezembro.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**55 - DEFINIÇÃO DAS ÁGUAS BALNEARES E ÉPOCA BALNEAR PARA 2014 /
APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE DURAÇÃO DA ÉPOCA BALNEAR À APA - AGÊNCIA
PORTUGUESA DE AMBIENTE – ARHTEJO E ARHCENTRO**

1042 - Presente ofício da Agência Portuguesa do Ambiente solicitou, através DE ofício com referência SO4729-201311-ARH Centro DPI registado com a entrada n.º 8877/2013 de 11 novembro 2013, bem como correio eletrónico com registo de entrada n.º 8843/2013 datado de 11 de novembro, que a Câmara Municipal nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de Junho, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 113/2012, de 23 de Maio, manifeste o interesse em manter as condições para a prática balnear, as infraestruturas, equipamentos e a assistência a banhistas, para as águas balneares já identificadas bem como possíveis propostas para novas águas balneares para a época 2014.

É igualmente solicitado a definição da duração da época balnear — artigo 5.º da legislação referida anteriormente.

Presente igualmente informação da Chefe da Divisão de Ordenamento do Território Divisão, IM/82/2013, datada de 11 Novembro 2013.

Após a análise do pedido e informação técnica em anexo, a Câmara delibera informar que nos termos do número 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 135/2009 de 3 de Junho com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 113/2012, de 23 de Maio, *“competes à APA, I. P., proceder à identificação anual das águas balneares, até 30 de novembro do ano precedente ao da época balnear em causa, com a colaboração das autarquias locais e das entidades responsáveis por descargas no meio hídrico e no solo”, as águas balneares costeiras*, com interesse em manter as condições da prática balnear, as infraestruturas, equipamentos e assistência a banhistas, à semelhança dos anos anteriores, no Município da Marinha Grande são: a **Praia da Vieira** (ARHCentro), as Praias das **Pedras Negras, Praia Velha e S. Pedro de Moel** (ARH Tejo).

Mais se informa que de acordo com o preceituado no número 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de Junho, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 113/2012, de 23 de Maio, a duração da época balnear para cada água balnear é definida em função dos períodos em que se prevê uma grande afluência de banhistas, tendo em conta as condições climatéricas e as características geofísicas de cada zona ou local, e os interesses sociais ou ambientais próprios da localização.

Desta forma tendo em conta o exposto anteriormente e ao balanço da época balnear de 2013, **propõe-se a duração da próxima época balnear 2014 de 15 de Junho a 15 de Setembro.**

Relativamente à informação de *“...quais as expetativas, de nas praias do Município, ficar assegurada a segurança dos banhistas na próxima época balnear de 2014...”*, a câmara delibera informar, que à semelhança dos anos anteriores, ao serem definidas as épocas balneares é fixado o período de tempo ao longo do qual vigora a obrigatoriedade de garantia da assistência aos banhistas e encontrando-se as praias do município concessionadas – sendo que uma Praia concessionada é uma área de uma praia relativamente à qual é licenciada ou autorizada a prestação de serviços a utentes por entidade privada (definição constante da Lei 44/2004, de 19 de agosto) em que o Concessionário é o titular de licença ou autorização para a exploração de equipamentos ou instalações balneares, mediante o pagamento de uma taxa, bem como prestação de determinados serviços de apoio, vigilância e segurança aos utentes da praia (definição constante da Lei 44/2004, de 19 de agosto), o Município da Marinha Grande espera o cumprimento das obrigações cometidas a cada uma das entidades.

Deste modo a Câmara analisou e delibera por unanimidade:

Comunicar até ao dia 30 de novembro à Agência Portuguesa do Ambiente – ARH Tejo e 22 de novembro – ARH Centro, a presente deliberação.

56 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

1043 - A Moher-Associação para o Desenvolvimento de S. Pedro de Moel, a Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego e a Sociedade Instrutiva e Recreativa 1ª de Dezembro, solicitaram à Câmara Municipal a isenção do pagamento de taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

Moher-Associação para o Desenvolvimento de S. Pedro de Moel:

- -Licença especial de ruído, para realização de noite de fados, no dia 23 de novembro de 2013 das 21:00h às 2:00h;

Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego:

- -Licença especial de ruído, para realização de noite de tunas, no dia 6 de dezembro de 2013 das 20:00h às 2:00h;
- -Autorização para utilização das vias públicas para realização de atividades desportivas, festivas ou outras, para realização da 4ª Prova de Resistência BTT FAG/2013, no dia 1 de dezembro de 2013 das 8:00h às 13:00h;
- -Licença especial de ruído, para realização de baile de S. Martinho, no dia 15 de novembro de 2013 das 20:00h às 2:00h;

Sociedade Instrutiva e Recreativa 1ª de Dezembro:

- -Licença especial de ruído, para realização de jantar de aniversário da sociedade, no dia 30 de novembro de 2013 das 16:00h às 02:00h;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Presentes informações nºs 102/AF e 103/AF, de 8 de novembro de 2013 e 104/AF de 11 de Novembro de 2013, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Moher-Associação para o Desenvolvimento de S. Pedro de Moel, a Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego e a Sociedade Instrutiva e Recreativa 1ª de Dezembro, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído e da autorização para utilização das vias públicas para realização de atividades desportivas, festivas ou outras.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

57 - ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA - “SAMA - SISTEMA DE APOIOS À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA”

1044 - Na sequência da notificação da decisão de financiamento pela Agência para a Modernização Administrativa da candidatura apresentada ao Compete - Programa Operacional Fatores de Competitividade, foi a Câmara Municipal da Marinha Grande notificada pela AMLEI – Associação de Municípios da Região de Leiria a 01 de novembro, para o envio dos documentos necessários à celebração do Termo de Aceitação da decisão de concessão de financiamento.

Considerando que para efeitos da execução financeira da candidatura, quer ao nível dos pagamentos a efectuar, quer ao nível da transferência dos pagamentos dos apoios financeiros concedidos ao Município da Marinha Grande no âmbito do mesmo importa proceder à abertura de conta bancária afecta exclusivamente a este fim.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro “ (...) *A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue (...).*”.

A Câmara Municipal da Marinha Grande delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

A/99 de 22 de Fevereiro, autorizar a abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos com a designação “COMPETE – SAMA”, na qual serão efectuados todos os movimentos financeiros da candidatura ao referido programa, sendo intervenientes na movimentação da mesma:

- Álvaro Manuel Marques Pereira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Paulo Jorge Campos Vicente, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Paula Cristina Madeira da Silva Serra, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande.
- Janete Rato Fernandes, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande;

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

58 - DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS CONSELHOS GERAIS TRANSITÓRIOS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO MARINHA GRANDE POENTE E NASCENTE

1045 - Presente a informação n.º 2245, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conta da necessidade de serem designados os representantes do Município da Marinha Grande nos Conselhos Gerais Transitórios dos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Poente, Marinha Grande Nascente, tal como previsto na alínea e) do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 02 de julho.

Considerando a alínea e) do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 02 de julho, que refere que o Conselho Geral Transitório deve ser composto por “*Três representantes do município*”.

Considerando o disposto no n.º 4 do artigo 60.º do Decreto-Lei acima mencionado: “*A forma de designação e eleição dos membros do conselho geral transitório é prevista nos artigos 14.º e 15.º do presente decreto-lei (...)*”.

Considerando o n.º 3 do artigo 14.º que refere que “*Os representantes do município são designados pela câmara municipal, podendo esta delegar tal competência nas juntas de freguesia.*”

Assim, e em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho, a Câmara Municipal delibera designar como representantes do Município da Marinha

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Grande nos Conselhos Gerais Transitórios dos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Poente e Marinha Grande Nascente, os seguintes elementos:

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente

- Pedro Nuno Jerónimo Gonçalves, Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento;
- Maria José Valente de Andrade, Técnica Superior, a exercer funções na Divisão de Cidadania e Desenvolvimento;
- Presidente da Junta de Freguesia da Moita.

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente

- Pedro Nuno Jerónimo Gonçalves, Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento;
- Maria José Valente de Andrade, Técnica Superior, a exercer funções na Divisão de Cidadania e Desenvolvimento;
- Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

59 - PROPOSTA PARA ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

1046 - Presente Informação nº 472/2012 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – Arquivo Municipal – sobre proposta para eliminação de documentação existente à sua guarda, tendo como base a legislação em vigor.

Presente relação de séries documentais a eliminar que, com base na Informação supra citada, obteve aprovação dos serviços produtores.

Presente pareceres consultivos do Arquivo Distrital de Leiria e Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

A Câmara Municipal após apreciação do referido documento e considerando que,

A relação das séries documentais foi objeto de apreciação e posterior aprovação dos serviços produtores.

A relação acima mencionada foi posteriormente submetida ao Arquivo Distrital de Leiria e à Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, tendo obtido pareceres favoráveis de ambas as entidades.

Delibera, no uso da competência prevista na alínea cc) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em conjugação com a Portaria nº 412/2001 de 17 de Abril, com as alterações constantes na Portaria nº 1253/2009 de 14 de Outubro, e com o parecer da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, aprovar a eliminação da documentação constante na relação que faz parte integrante desta deliberação (Anexo 2).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

6o - TRANSMISSÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO A FAVOR DE JOAQUIM JOSÉ LOUREIRO DOS SANTOS, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 4, 3ª ESQ., CASAL DE MALTA, POR MORTE DA PRIMITIVA ARRENDATÁRIA DA FRAÇÃO

1047 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 7427/2013, do irmão de Dina do Carmo Rocha Pedroso dos Santos, a solicitar a transmissão do direito ao arrendamento;

Presente informação n.º 2193 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 28 de outubro de 2013, referente ao pedido de transmissão do direito ao arrendamento, efetuado por Joaquim José Loureiro dos Santos, por morte da sua irmã;

Considerando que, Dina do Carmo Rocha Pedroso dos Santos foi arrendatária do Município da Marinha Grande desde 01 de dezembro de 1976;

Considerando que, Joaquim José Loureiro dos Santos viveu nos últimos anos em economia comum com a falecida irmã;

Considerando que, Dina do Carmo Rocha Pedroso dos Santos faleceu no dia 06 de outubro de 2012, conforme documento comprovativo apresentado;

Considerando a alínea b) do n.º 1 do art.º 1106 do Código Civil: **“O arrendamento para habitação não caduca por morte do arrendatário quando lhe sobreviva pessoa que com ele residisse em economia comum e há mais de um ano.”**

Considerando por último, a alínea b) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, Joaquim José Loureiro dos Santos, tem direito ao arrendamento, na medida em que: **“A posição do arrendatário é transmitida nos casos de morte para pessoa que com ele residisse em economia comum, há mais de um ano...”**

A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conjugada com a alínea b) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, concordar com a transmissão do direito ao arrendamento para o nome de Joaquim José Loureiro dos Santos – contribuinte fiscal número 141235861, passando os recibos de renda mensal a ser emitidos em seu nome, a partir do próximo mês de dezembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

61 - REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE ÀO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO RÉ-DO-CHÃO ESQUERDO DO BLOCO 5 DA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA, CASAL DE MALTA – JOSÉ MANUEL RIBEIRO VASCONCELOS - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

1048 - Presente informação n.º 2215 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 30 de outubro do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social em epígrafe.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Rua Professor Melo Vieira:

MORADOR	BLOCO	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/13 (AGO)	RENTA/13 (DEZ.º)
José Manuel Vasconcelos	5	R/C Esq.º	01/08/2013	11,78€	9,21€

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 9,21€ (nove euros e vinte e um cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de dezembro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

62 - REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA REFERENTE A EX-INQUILINA CAMARÁRIA – AUGUSTA DE JESUS HILÁRIO QUEIMADELAS – ANTERIORMENTE RESIDENTE NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO M 3.º ESQUERDO, CASAL DE MALTA.

1049 - Presente requerimento da ex - arrendatária mencionada em epígrafe, com o registo de entrada n.º 7430/2013, a solicitar o pagamento do montante em dívida, no valor de 972,30€ (novecentos e setenta e dois euros e trinta centavos), referente a rendas que deixou por liquidar, à data da desocupação do fogo.

Mais solicita dar início ao pagamento da dívida, já a partir do mês de novembro, efetuando a partir daí o pagamento de uma renda mensal em atraso, durante um período de dez meses.

Presente informação n.º 2187 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 25 de outubro de 2013, referente a pedido de regularização de dívida solicitado por parte de Augusta de Jesus Hilário Queimadelas.

Considerando a intenção da ex-arrendatária em liquidar a dívida que tem para com o Município da Marinha Grande, no valor de 972,30€ (novecentos e setenta e dois euros e trinta centavos)

Considerando que, a mesma não dispõe atualmente de condições económicas para liquidar integralmente o montante em causa;

Considerando a proposta apresentada por esta para pagamento do valor em dívida, durante um período de dez meses;

Considerando que se propõe a efetuar o pagamento da 1.ª renda em atraso já a partir do mês de novembro do corrente ano;

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugada com a alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de utilização das habitações Sociais do Município da Marinha Grande, concordar com o pagamento da dívida, no valor de 972,30€ (novecentos e setenta e dois euros e trinta sete centavos), de acordo com o proposto por Augusta de Jesus Hilário Queimadelas, ou seja, a partir de novembro de 2013, a munícipe em causa deverá dar início ao pagamento de uma renda em atraso e, assim sucessivamente, até perfazer a totalidade do montante em dívida, o que ocorrerá em agosto do próximo ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

63 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE À TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 4.º FRENTE ESQUERDO DO BLOCO M, SITO NA AVENIDA DA LIBERDADE, CASAL DE MALTA – MAFALDA SOFIA GRÁCIO - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

1050 - Presente informação n.º 2191 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 25 de outubro do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social, sita na morada em epígrafe.

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Avenida da Liberdade:

MORADOR	BLOCO	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/13 (OUT.º)	RENTA/13 (DEZ.º)
Mafalda Sofia G. Grácio	M	4.º Fte Esq.º	09/12/2008	113,19€	73,47€

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 73,47€ (setenta e três euros e quarenta e sete cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de dezembro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

64 - REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE ÀO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 4.º DIREITO DO BLOCO M, SITO NA AVENIDA DA LIBERDADE, CASAL DE MALTA – PAULO JORGE MARQUES SANTOS - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

1051 - Presente informação n.º 2214 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 30 de outubro do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social, sita na morada em epígrafe.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Avenida da Liberdade:

MORADOR	BLOCO	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/13 (AGO)	RENTA/13 (DEZ.º)
Paulo Jorge M. Santos	M	4.º Dto	01/08/2013	47,12€	171,44€

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 171,44€ (cento e setenta e um euros e quarenta e quatro cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de dezembro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

65 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia treze de novembro de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **4.331.337,72 €** (quatro milhões, trezentos e trinta e um mil trezentos e trinta e sete euros e setenta e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

66 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveu-se para ser atendida a seguinte munícipe:

Maria Lucinete Batista Tojeira, residente em Rua do Molha Pão, n.º 7 — Maceira, que pretende saber qual a tramitação da denúncia que apresentou na reunião pública da Câmara Municipal do dia 16/09/2013, relativa à realização, de há oito anos para cá, de obras clandestinas na Rua dos Naturais, n.º 22, S. Pedro de Moel, Marinha Grande.

À hora a que foi concedido o período para intervenção do público, a munícipe já não se encontrava presente.

67 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 22, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2013

1052 - Presente a ata n.º 22, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 25 de outubro de 2013, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara Municipal delibera, por unanimidade, aprovar a sua redação final.

68 - RESPOSTA ÀS QUESTÕES COLOCADAS PELOS SRS. VEREADORES NA REUNIÃO CAMARÁRIA DO DIA 31/10/2013

Presente Informação da Divisão Jurídica, datada de 07/11/2013, cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido e se anexa (**Anexo 3**), relativa às questões colocadas na reunião de 31/10/2013 sobre o tratamento da correspondência remetida aos Vereadores sem

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

pelouros, a votação de propostas no período de antes da ordem do dia e a recolha de imagem e/ou som das reuniões da Câmara Municipal.

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1053 – De acordo com o previsto no art.º 19.º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos não incluídos na ordem do dia:

69. REQ. N. 1689/13, DATADO DE 18/10/2013 – PC N.º 352/08, DATADO DE 11/11/2008 – PLIMAT – PLÁSTICOS INDUSTRIAIS MATOS, S.A.

70. REQ. N. 1366/13, DATADO DE 30/08//2013 – PC N.º 1085/01, DATADO DE 08/11/2001 – MANUEL FERNANDES PEDROSA

71. REQ. N. 1692/13, DATADO DE 18/10/2013 – PC N.º 101/11, DATADO DE 22/03/2011 – CATARINA ALEXANDRA GUERRA BAROSA COSTA VAZ

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

69 - REQ. N. 1689/13, DATADO DE 18/10/2013 – PC N.º 352/08, DATADO DE 11/11/2008 – PLIMAT – PLÁSTICOS INDUSTRIAIS MATOS, S.A.

1054 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1689/13 de 18/10/2013, apresentado por PLIMAT – PLÁSTICOS INDUSTRIAIS MATOS, S.A., com o NIPC 500777446, com sede em Rua da Alemanha, n.º 35, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 352/08, de 11/11/2008, e titulada pelo alvará de obras de legalização n.º 108/13, emitido em 07/10/2013.

Presente parecer técnico datado 12/11/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua da Índia, n.º 15, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de PLIMAT – PLÁSTICOS INDUSTRIAIS MATOS, S.A., com o NIPC 500777446, com sede em Rua da Alemanha, n.º 35, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos

Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz

2) Membros suplentes

Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

70 - REQ. N. 1366/13, DATADO DE 30/08//2013 – PC N.º 1085/01, DATADO DE 08/11/2001 – MANUEL FERNANDES PEDROSA

1055 - Presente processo de licenciamento de uma operação de loteamento urbano e das respetivas obras de urbanização, com o n.º 1085/01, respeitante ao prédio registado na Conservatória do Registo Predial sob n.º 13534 e inscrito na matriz predial sob o n.º 5966, em Tojeiras, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo proprietário é Manuel Fernandes Pedrosa, com o NIF 123506077, residente na rua Dr. Luís Pereira da Costa, n.º 55, Monte Redondo, Leiria.

Presente requerimento, apresentado pelo requerente, com o n.º 1366, de 30 de agosto de 2013, a solicitar a desistência do processo de licenciamento já identificado, bem como a libertação da garantia bancária prestada a favor da Câmara Municipal e da garantia bancária prestada a favor da EDP Distribuição – Energia, S.A.

A Câmara Municipal analisou o mencionado requerimento e considerando que:

- A garantia bancária prestada, pelo requerente e promotor do loteamento, a favor da Câmara Municipal se destinou a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização respeitantes ao alvará de loteamento como o n.º 3/10, em seu nome;
- A mesma foi prestada na sequência da aprovação da operação de loteamento, em reunião camarária 04-02-2010, para o prédio registado na Conservatória do Registo Predial sob n.º

13534 e inscrito na matriz predial sob o n.º 5966, sito em Tojeiras, freguesia e concelho da Marinha Grande;

- O promotor do loteamento não procedeu, de acordo com informação dos serviços de fiscalização datada de 28-10-2013, à execução, no dito prédio, de qualquer tipo de infraestrutura, tendo antes plantado, no local, um eucaliptal;
- Nos encontramos perante a renúncia (figura expressamente prevista no n.º 1 do artigo 110.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA), por parte do titular do mencionado alvará, do direito a realizar a operação urbanística de loteamento, e não perante a desistência de procedimento, como o interessado refere;
- Em consequência desta renúncia fica prejudicada a utilidade da garantia prestada, que deve por isso ser libertada;

A Câmara Municipal delibera:

- a) Aceitar a renúncia ao direito de lotear o prédio registado na Conservatória do Registo Predial sob n.º 13534 e inscrito na matriz predial sob o n.º 5966, sito em Tojeiras, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentada por Manuel Fernandes Pedrosa, com o NIF 123506077, residente na rua Dr. Luís Pereira da Costa, n.º 55, Monte Redondo, Leiria, titular do alvará de loteamento com obras de urbanização n.º 3/10, emitido em 30 de março de 2010;
- b) Deferir o pedido de libertação da garantia bancária n.º 323162 (e não com o n.º 315156 como refere o interessado), emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A., a favor desta Câmara Municipal, até ao montante de 133.415,00 Euros (cento e trinta e três mil quatrocentos e quinze euros) destinada a caucionar a boa execução das obras de urbanização;
- c) Indeferir o pedido para libertação da garantia bancária n.º 323163, destinada a caucionar a boa execução das infraestruturas elétricas do loteamento em causa, por ter sido emitida a favor da EDP – Distribuição – Energia, S.A., entidade competente para proceder ao seu cancelamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

71 - REQ. N. 1692/13, DATADO DE 18/10/2013 – PC N.º 101/11, DATADO DE 22/03/2011 – CATARINA ALEXANDRA GUERRA BAROSA COSTA VAZ

1056 - Presente requerimento n.º 1692/13, datado de 2013/10/18, constante do processo camarário n.º 101/11, subscrito por Catarina Alexandra Guerra Barosa Costa Vaz, com o NIF 207047642, residente na Alameda da Fonte Velha, n.º 22 A, Quinta da Beloura, freguesia de s. Pedro de Penaferrim, concelho de Sintra, referente ao pedido de licenciamento das alterações à obra de “*Ampliação e remodelação de uma moradia unifamiliar*” existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Central, n.º 37, lugar de Garcia, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14829 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7851, da freguesia e concelho

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

de Marinha Grande, à qual foi atribuído o alvará de obras de ampliação n.º 116/13, emitido em 2013/10/04, com termo em 2014/04/03.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2013/11/13, propondo a aprovação das alterações apresentadas ao projeto de arquitetura anteriormente aprovado.

Após a análise do pedido de licenciamento das alterações à obra de “*Ampliação e remodelação de uma moradia unifamiliar*” existente, incidente sobre um prédio sito na Rua Central, n.º 37, lugar de Garcia, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14829 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7851, da freguesia e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 101/11, com data de entrada em 2011/03/22, apresentado por Catarina Alexandra Guerra Barosa Costa Vaz, com o NIF 207047642, residente na Alameda da Fonte Velha, n.º 22 A, Quinta da Beloura, freguesia de S. Pedro de Penaferrim, concelho de Sintra, com alvará de obras de ampliação n.º 116/13, emitido em 2013/10/04, com termo em 2014/04/03, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera APROVAR o projeto de alterações ao projeto de arquitetura anteriormente aprovado, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.
2. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
3. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

1057 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18:45 horas.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

No final foi elaborada esta ata, que eu, **Maria Fernanda Carvalho Vaz**,
Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º
75/2013, de 12 de Setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião